

CONFERÊNCIAS

CICLO «ANTES E DEPOIS PARA AMANHÃ»

40
anos

DO

HORIZONTES FUTURO

JOSÉ REIS

“Para que serve um país pobre? Economia e política da inquietação”



José Reis, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), onde integra o Núcleo de Estudos sobre Ciência, Economia e Sociedade. É doutorado em Economia pela Universidade de Coimbra, onde também prestou provas de agregação na mesma área. Desempenha atualmente as funções de Diretor da FEUC. É coordenador do Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação (CES e FEUC), encarregando-se do Seminário Governação, Instituições e Políticas Públicas.

Foi Secretário de Estado do Ensino Superior (1999-2001), Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1996-1999) e Presidente do Conselho Científico da FEUC (1992-1994 e 2002-2004).

Quinta-feira, 30 de OUTUBRO 2014 | 21h30
Salão Nobre da Câmara Municipal de Loulé



loulé
concelho

WWW.CM-LOULE.PT

Ficha Técnica:

Autor: **José Reis**

Título: "Para que serve um país pobre? Economia e política da inquietação"

Coleção: *Caderno Conferências Horizontes do Futuro*

N.º 7, Junho 2016

Editor: Câmara Municipal de Loulé

Impressão: Gráfica Comercial de Loulé

Depósito Legal:

ISBN: 978-972-9064-61-6

A Economia Política do empobrecimento português: fratura europeia, sobredeterminação institucional e crise

1. Introdução

O Portugal de hoje começou em 1993¹. Este é o último momento em que ainda podemos observar o que era comum e normal numa economia como a nossa – o fim de um ciclo económico e o aparente começo de um outro, de igual natureza, que seguisse um padrão de evolução idêntico ao que tínhamos presenciado repetidamente em períodos precedentes. Regista-se o esgotamento do quadro que durou uma década, assinalado por um ano de crescimento negativo, mas o que já não vamos conseguir acompanhar a seguir, apesar das aparências, é o desenho de um novo processo, similar aos anteriores na sua natureza e mesmo na sua forma.

Esta é, na verdade, uma daquelas alturas em que é preciso mudar o olhar para apreciar bem o que se está a passar. Por vezes torna-se necessário dar valor a dimensões que até aí não mereceriam grande atenção, quando, afinal, são parte importante do contexto em que as economias se organizam indo, por isso, influenciá-las decisivamente. É o caso das circunstâncias institucionais que, rodeando a economia, vão determinar muitas das suas capacidades, incluindo a de criação de riqueza e de emprego, e atingindo também domínios como o da redistribuição do rendimento, do financiamento e das políticas públicas. As instituições contam. E pode até acontecer que tenha sido aí que ocorreram grandes modificações, pouco escrutinadas na altura em que foram sendo estabelecidas. Quando analisamos a evolução económica e o crescimento é, pois, necessária uma interpretação global que nos evidencie o que há de novo e nos leve a perceber se estamos ou não perante ruturas fundamentais. E neste caso estamos.

Ora, a grande alteração, a modificação fundamental, que ocorre na economia portuguesa na década de 1990, especialmente na segunda metade, é a constituição da União Económica e Monetária (UEM), isto é, a arquitetura institucional da criação do euro. Toda a organização da economia portuguesa fica inextricavelmente ligada a este dado e pode mesmo falar-se de uma

¹ Esta expressão é, obviamente, metafórica e de ordem retórica. Mas há realidades substantivas bem pesadas que lhe dão um significado real. Uma delas faz parte da análise que aqui vou propor acerca da evolução económica expressa no PIB e tem tradução objetiva no facto de ser um ano de crescimento negativo que simboliza a transição para um novo ciclo económico, que demonstrarei que é qualitativamente diferente dos anteriores. A outra, mais geral e de muito maiores efeitos, decorre do facto de este ser o ano em que, no mês de novembro, entrou em vigor o Tratado da União Europeia, a designação formal do Tratado de Maastricht, aprovado em 1992 naquela cidade, como qual se instituiu a designação União Europeia, se estabeleceram as bases que haveriam de levar à União Económica e Monetária e se tomou a deliberação da criação da nova unidade monetária europeia, que o Conselho Europeu de Madrid, em 1995, determinaria que se denominaria Euro.

sobredeterminação institucional, quer quando o crescimento abranda, quer quando a estagnação económica e a crise marcam a Europa e Portugal. O Pacto de Estabilidade e Crescimento², de 1997, em que assentam a UEM e o euro, dada a sua condição estritamente ortodoxa e monetarista, foi, desde o início, uma carta de condicionalidades insensata perante a heterogeneidade dos países integrantes e os objetivos de bem-estar que devem presidir à economia. E esta não deixará de refletir rapidamente tais circunstâncias, através do modo com as suas condições materiais passam a evoluir e a sua trajetória fica perturbada. Portugal é, deste ponto de vista, um exemplo crucial.

Neste texto vou dar particular atenção a um aspeto que importa realçar nas novas condições – a circulação de capitais financeiros improdutivos, facilitada pela UEM, e a conversão da economia portuguesa em destino para a aplicação de ativos externos, num contexto em que a promoção do crédito (isto é, da reciclagem de excedentes das economias fortalecidas pela nova realidade institucional) é muito forte, deslocando o ponto nodal das relações económicas externas da esfera real para a financeira. As consequências de um processo como este manifestam-se diretamente no crescimento económico e na formação de riqueza, que não só abrandam como passam a registar acréscimos negativos e se tornam irregulares, até à insustentabilidade; na criação de emprego e, sobretudo, na sua estrutura ou composição (a favor de setores mais ligados à circulação de rendimentos e em desfavor dos setores produtivos, originado um excesso de terciarização e um excesso de desindustrialização); no défice da balança corrente, que aumenta devido a escasso desempenho das exportações e a aumento das importações, com crescente cedência de rendimento ao exterior e a constituição de uma forte posição devedora da economia.

Os mecanismos que levam a estes resultados são, para além da circulação financeira já referida, um papel absolutamente central da intermediação bancária, que se constitui em fator essencial e perturbador de governação da economia; a aceleração do uso especulativo das operações de crédito, que há de dar origem a gigantescas imparidades³ bancárias, e a concentração da economia em setores de bens e serviços não transacionáveis, isto é, dedicados ao mercado interno e ao abrigo da concorrência externa. A gestão política da crise que este conjunto de razões desencadeia na economia privilegiará um forte “ajustamento” que tem como objetivo salvaguardar, e até reforçar, os benefícios dos autores da instabilidade. Deu-se deste modo prioridade a fortes reestruturações das relações financeiras, com a esfera pública a assumir responsabilidades no lugar da esfera privada, condicionando-se o funcionamento da economia. Ficaram

² O Pacto é composto por três textos legais: a Resolução do Conselho Europeu de 17 de Junho de 1997 (97/C236/01), o Regulamento do Conselho (CE) n.º 1466/97 de 7 de Julho e o Regulamento do Conselho (CE) n.º 1467/97 de 7 de Julho. A reforma de Março de 2005 consistiu na aprovação pelo Conselho Europeu do documento “Melhorias na implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento”. Deste enquadramento resultaram alterações introduzidas nos Regulamentos do Pacto pelo Regulamento do Conselho (CE) n.º 1055/05 e pelo Regulamento do Conselho (CE) n.º 1056/05, ambos de 27 de Junho.

³ Uma imparidade resulta do facto de um ativo, escriturado e financiado por um determinado valor, vir a ter um valor de recuperação inferior. Constitui, por isso, uma perda para o financiador que tomou esse ativo como garantia, e um benefício para que recebeu um crédito mais elevado do que a contrapartida que o satisfaz.

desfavorecidas as atividades que originam rendimentos pelo emprego e que dependem também desses rendimentos para continuar a sua atividade. Uma economia sem redistribuição saudável de rendimento e que deixe uma larga parte da população fora do lugar que lhe cabe no sistema de emprego, corre o risco de parar. A desvalorização do valor do trabalho e a fragilização das funções providenciais do Estado, a quem se quer apenas atribuir o papel de agente dependente dos interesses financeiros e garante da sua salvaguarda, assim como a opção por uma economia de baixos custos e de precarização, que em Portugal se exemplifica bem com a massificação turística, completam o quadro. O significado profundo deste “ajustamento” e do processo que lhe deu origem é, evidentemente, uma alteração profunda das relações económicas, sociais e políticas que caracterizavam o capitalismo antes da sua financeirização. No caso português, é de desproteção crescente, de dependência face ao exterior, de deslaçamento social e económico que se vai tratar.

2. A arquitetura institucional da União Económica e Monetária

Em que se baseou a construção da UEM? Baseou-se em critérios nominais de convergência a satisfazer pelas economias que pretendessem ou pretendam integrá-la e que devem continuar a ser assegurados pelos países membros: défice público, que não ultrapasse 3% do PIB; dívida pública, que não deve ser superior a 60% do PIB; taxa de inflação, que não se afaste mais do que 1,5% da média dos três países com melhores resultados; taxas de juro de longo prazo, que não devem ser superiores a 2% da média dos três países com valores mais baixos. Antes disso, a taxas de câmbio das moedas nacionais pré-existentes deveriam ter permanecido num intervalo estreito durante pelo menos dois anos. Para além de serem nominais, isto é, não se relacionarem com a economia real, pois nada incluem sobre desemprego, salários, fiscalidade, proteção social ou mesmo crescimento, estes critérios são, para dizer o mínimo, “estabilizadores” das economias. Parece que apenas as querem manter onde elas já estão, como se todas estivessem na mesma posição e essa posição fosse boa. Quer dizer, podem ser aceitáveis num mundo perfeito e estável mas são muito discutíveis perante uma vida real diversa, turbulenta e injusta. Na verdade, são também critérios de efeito socialmente regressivo, pois pretendem limitar e diminuir as políticas públicas, designadamente as orçamentais, e não têm nenhuma preocupação com os mecanismos de integração entre economias diferentes, quer quanto a seu grau de desenvolvimento, quer na sua estrutura material e social interna. Esbentem, isso sim, uma utopia de mercado, liberal e conservadora, em que se subentende uma autossuficiência das transações, em especial das financeiras, em todos os aspetos da economia e até da vida.

Se não fosse dramático, o que se passou com o cumprimento de tais critérios seria ridículo. Tanta formalidade levou a que o que se queria evitar que fosse alto passasse a inesperadamente baixo. A taxa de inflação tornou-se inferior ao estipulado, criando o pior risco a que uma economia está sujeita, o de deflação. Por isso mesmo, as taxas de juro, para além de erráticas, chegaram a valores negativos. E o que se queria conter em limites apertados transbordou violentamente, como os défices públicos e as dívidas públicas. Note-se que não

havia critério a cumprir em matéria de déficit comercial ou financeiro de cada economia nacional no seu conjunto. Falhanço total de tanta sabedoria...

Este conjunto de constrangimentos, que haveria de comprimir e fragmentar as economias e as sociedades, está diretamente associado a uma ideia funcionalista de convergência: um mercado único exigia uma moeda única e esta, sob o respeito daqueles critérios, asseguraria a *pax* europeia. O pressuposto era, pois, que a convergência nominal das economias representava um caminho certo para a convergência real e esta esbatia e tornava pouco importantes as relações assimétricas do tipo centro-periferia que pré-existiam à intenção da moeda única. No novo quadro de integração monetária, a disciplina imposta pelos critérios nominais de convergência seria suficiente para que não houvesse turbulência nem desestabilização. As taxas de juro seriam “lidas” por todos e esse seria apenas um assunto de acerto da mecânica contabilística, como se não houvesse mundo. As economias ajustariam as respectivas competitividades e, por essa via, limitariam a sua propensão para gerar desequilíbrios no plano internacional. O crédito e o financiamento não representariam problema que os mercados não resolvessem, quer pela disponibilidade, que controlariam, quer pela correta identificação do seu custo, que seria fácil e transparente. Jamais haveria uma crise como aquela que desabou sobre nós.

O pressuposto ideológico fundamental era que não seria à esfera pública que competiria governar a economia, antes pelo contrário. Caber-lhe-ia só garantir a ortodoxia monetária e manter-se o mais afastada possível dos outros aspetos da organização económica, incluindo a provisão dos serviços essenciais. Seria um Estado sem povo. A política orçamental seria estritamente limitada e o papel do Estado deveria ser sobretudo de regulação, em nome dos mercados. Os Estatutos do Banco Central Europeu (BCE) deram bem conta disso, ao atribuir-se finalidades quase exclusivas em matéria de controlo monetário, assegurando um enviesamento deflacionário, e compromissos apenas subsidiários ou marginais em matéria de crescimento económico. Aos mercados financeiros, liberalizados e eficientes, e às regras do mercado interno caberia regular tudo. Por isso, o próprio papel de prestamista de última instância dos Estados ficava vedado ao BCE. Eis a financeirização no seu apogeu pela mão da Europa, isto é, de um dos espaços mais relevantes da economia mundial, que tinha ambicionado a sua integração através de mecanismos de organização estrutural e de convergência real de todas as suas economias assim como da coesão social e territorial.

Por tudo isto, consagrou-se a desvalorização de instrumentos de intervenção compensatória, como o orçamento comunitário, assaz residual, estando sempre na proximidade de 1% do PIB europeu, ou das políticas industriais. Os capitais ficaram, pois, a “poder arbitrar entre distintos regimes de regulação laboral, social e financeira”⁴, visto que tais assuntos não interessavam à arquitetura institucional em análise. Neste poder de governo atribuído à esfera financeira, e que rapidamente se traduziu em governo pela banca, está, pois, a matriz essencial do mundo criado no mesmo momento da criação do euro.

⁴ José Reis, João Rodrigues, Ana Santos e Nuno Teles, “Compreender a Crise: a economia portuguesa num quadro europeu desfavorável” in José Reis (coord.) *A Economia Política do Retrocesso: Crise, causas e objetivos*. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 21-85.

A economia política da integração europeia pós-Maastricht enfatiza o lado da oferta da economia e, por isso, concentra-se nas condições que pretende oferecer aos capitais, buscando incessantemente a redução dos custos de produção e insistindo na ideia de competitividade através dos preços, independentemente do que caracteriza cada economia e das consequências de tal estratégia. É sobre isto que a Europa monta, depois, outros objetivos com que pretende “compor o ramo” como, por exemplo, o do crescimento “inteligente” destinado a promover a inovação e o conhecimento. Mas fá-lo, quase se pode dizer assim, usando a mesma metodologia da criação do euro. Define condicionalidades e finalidades e determina que a realidade e os seus atores se adaptem. Pouco contam as circunstâncias. Por isso são escassos os resultados. Não lhe interessa o que está do outro lado da oferta, a criação e redistribuição de rendimentos, pois olha apenas para os custos, pretendendo diminuí-los, tal como também não lhe interessa o “ambiente” geral de que depende a articulação virtuosa das coisas e a inclusão e a coesão sociais. É, por isso, incapaz de compreender as razões pelas quais vivemos uma crise profunda e uma situação de insustentabilidade sem rumo. “A Europa que entregou tudo aos mercados”⁵, tem-se revelado insensível ou mesmo hostil às diferenças que há dentro da Europa, rejeitando a dimensão social e uma integração sensata, puxada pela coesão e pela generalização da equidade.

Neste modelo, cuja lógica é a privatização e a desregulação social, faz-se da contração salarial um dos mecanismos mais poderosos da desorganização de longo prazo da economia e da sociedade. O facto de os custos salariais serem tidos como o principal (ou mesmo único) fator de competitividade das nações revela a opção das políticas pela desvalorização e regressão do lugar do trabalho, assim como revela que elas promovem a “desistência” dos objetivos de longo prazo e de um crescimento baseado na integração e, sobretudo, da mudança estrutural de carácter inclusivo. Ao tornar os problemas da procura graves e cumulativos, estas políticas acentuam igualmente a dimensão estrutural das assimetrias europeias, anteriormente tidas por corrigíveis através de processos mutuamente vantajosos.

Ao contrário, a mobilidade dos capitais e a fragmentação dos regimes sociais, colocados sob uma gestão monetária ortodoxa por parte do BCE e sob a total ausência da política cambial, tomaram o lugar deixado vago pela inexistência de políticas orçamentais ou pela escassíssima presença de transferências intereuropeias com consequências produtivas. Nisso consiste o “federalismo liberal” que tomou o lugar que deveria caber à união política ou às formas de solidariedade que estão presentes nas situações em que a ação pública é relevante e substantiva.

⁵ José Reis, “A Europa que entregou tudo aos mercados: é possível pensar em novos termos?”, *O Economista – Anuário da Economia Portuguesa*, 24, 2011.

3. Economias em turbulência

O que é hoje claro é que a Europa estabeleceu a incompatibilidade entre o modelo do Estado Social e de bem estar e este modelo económico assente na competitividade assimétrica, na liberalização e na punção dos excedentes de uns em favor dos de outros. Mais precisamente, temos perante nós uma economia política da crise que gravita em torno da “desvalorização interna” dos países periféricos, isto é, da contração salarial, tanto direta (salários pagos) como indireta (pela diluição das políticas sociais). A isso se junta a secundarização da função social do crédito e do seu papel de mediação entre a poupança e o investimento produtivo. Pelo contrário, o crédito tornou-se no fator irreal de governação das economias e, quando for o caso, de sustentação da procura. A instituição de relações profundamente assimétricas na Europa, na sequência de uma União Económica e Monetária determinada por factores ideológicos poderosos, levou à concentração de excedentes em poucos países e à sua reciclagem, não através do investimento, mas antes pela promoção do crédito oferecido a países periféricos deficitários. Daí os problemas com que hoje deparamos.

A realidade foi, de facto, às avessas e bem diferente da que os objetivos de “equilíbrio” pressupunham. E os círculos viciosos, tanto das variáveis macroeconómicas (orçamentais ou das finanças públicas) como das economias reais europeias, emergiram rápida e veementemente. O crescimento abrandou, as divergências entre economias sobressaíram e regressaram velhos problemas. Por exemplo, o da tensão centro-periferia, sempre presente nas relações dentro da União, surgiu de forma muito evidente, com os problemas de competitividade das economias mais pobres a tornarem-se gritantes. Depressa se tornou claro que estes eram problemas que a integração monetária não resolvera nem previra e que, afinal, agravava dramaticamente. E passou a ficar claro que os problemas das relações económicas e políticas dentro da Europa se deslocavam exatamente para o núcleo essencial da nova ordem monetária. A circulação de capital por ela facilitada, criou um intenso processo de financiamento e crédito por parte dos que se tinham tornado mais excedentários em matéria comercial e de endividamento e dependência por parte dos que têm economias mais frágeis, menos qualificadas e, portanto, menos competitivas e mais deficitárias.

Vários países, Portugal incluído, tinham-se integrado num processo intenso de apreciação cambial que os encaminhou para uma moeda forte no contexto internacional e, claro, desmesuradamente forte face às suas estruturas produtiva, ao tipo de especialização internacional que lhes cabia e à baixa qualificação não apenas da sua mão-de-obra como do seu sistema produtivo em geral. Os chamados critérios de Maastricht dificultavam, pois, a sua competitividade externa. A moeda sobreapreciada não apenas tinha esse efeito como redesenhava fortemente toda estrutura económica, pressionada por uma procura interna crescente que as relações de preços convidavam a que obtivesse resposta em importações igualmente crescentes.

A procura intensificada pela moeda passou, pois, ao lado da economia do país, criando desindustrialização e fazendo dele uma plataforma cómoda para quem oferecia de serviços protegidos (imobiliário, energia, crédito, comunicações,

autoestradas ou mesmo comércio de grande dimensão) e vivia de acesso a mercados externos junto de quem se endividava, sob liderança da banca. O chamado setor dos bens e serviços não transacionáveis passou a ganhar preponderância. Foi de uma desvalorização do papel do sistema produtivo interno que se tratou, dando campo aberto a sectores da economia que as tendências da procura interna mais privilegiavam. De facto, o acesso facilitado ao crédito e a agressividade da intermediação bancária impulsionavam aqueles sectores dos bens e serviços não sujeitos à concorrência externa. Tudo isto concorria para a redução da valia produtiva de uma economia com uma especialização produtiva já de si deficiente.

A questão do crédito e da intermediação bancária é, de facto, decisiva. As economias centrais dispunham das poupanças criadas pelos excedentes das suas balanças correntes, cuja reciclagem através do uso pelos países deficitários era essencial. Perante o baixo risco de crédito, dado o contexto aparentemente favorável oferecido pela UEM, e da vocação do BCE para intervir no mercado secundário do crédito (e apenas nesse), o incentivo foi muito forte. As periferias, e Portugal e particular, encontraram-se deste modo perante para uma economia de dependência em que as importações e o crédito assumem papel principal e em que, do ponto de vista interno, se desenvolvem dinâmicas essencialmente dinamizadas por mercados protegidos tendo em conta uma procura interna crescente. A isso se somaram os efeitos de uma forte política de privatizações e de inibição da ação pública assim como, mais tarde, da ausência da dificuldade de políticas orçamentais contra-cíclicas ou de recuperação estrutural.

Esqueceu-se que a integração regional dentro dos países e a das grandes federações (caso dos EUA) e mesmo de alguns planos transnacionais (como o que a “velha” Europa dos fundadores utópicos e dos continuadores generosos pretendia ser) se fez na base da integração das periferias através da sua transformação económica e social. Isso supõe transferências de capitais sob a forma de investimento produtivo, e não de crédito, e uma perspectiva global de convergência social e de reorganização produtiva, alterando as especializações e fomentando as bases estruturais que determinam a competitividade.

A “nova” Europa, ao contrário do sonho, tornou-se um espaço de incidência de interesses e lógicas nacionais, governada de forma hierárquica pelo centro, isto é, pelas economias que a UEM beneficia, com as periferias a serem entendidas não como os parceiros de um projeto comum que se supunha que tinha sido lançado pela ambição da moeda única, mas antes como consumidores, primeiro, e, depois, como sujeitos menores e infractores sistemáticos e incorrigíveis que importaria sancionar.

A base factual para dar este quadro como coisa provada não era difícil de encontrar. De facto, as economias periféricas europeias, com as dificuldades competitivas que tinham – e que algumas, como a Irlanda, foram capazes de disfarçar através de soluções não sustentáveis – revelaram cedo os seus défices, quer comerciais, quer orçamentais, e nem sequer se tratou de os entender como custos a suportar transitoriamente, em vista de objectivos de médio prazo de desenvolvimento e de uma mais profunda integração europeia. Os défices passaram a definir o principio e o fim da conversa. É certo que durante algum tempo ainda foram vistos como problemas benignos, enquanto os interesses dos

financiadores se sentiam compensados pelos serviços da dívida, isto é por uma remuneração segura e confortável dos seus capitais. Mas rapidamente a situação se tornou tumultuosa. E assim estamos perante uma União que perdeu o seu sentido fundador e que se revela essencialmente como um ser incapaz de se organizar e desenvolver de forma conjunta e solidária. A União Monetária e Financeira, nas suas miopias e nas suas fragilidades contribuiu muito para isso.

A “europeização de Portugal” é, neste contexto, o processo que marcou mais profundamente a economia portuguesa. Tanto nos anos 2000, pelas circunstâncias descritas, como no último meio século, quando havia motivos para uma visão otimista e positivamente transformadora. As bases explícitas e implícitas em que os consensos entretanto alcançados assentaram derivaram de uma grande autonomia das razões políticas, que conduziram a integração económica até ao momento em que a sua crise de legitimação irrompeu e se tornou grave e cumulativa.

A Europa que encontramos na crise económica e financeira iniciada em 2008 e na crise das dívidas soberanas para que aquela foi deslocada é, como já se viu, uma Europa profundamente fraturada. Rapidamente se tornou claro que a configuração institucional consagrada no Tratado de Lisboa era não só incapaz de lidar com os problemas estruturais que emergiram de forma radical, como terá sido mesmo uma das suas causas. O mais óbvio desses problemas é o da rotura das relações de convergência entre o centro e as periferias, substituídas por assimetrias cumulativas próprias do desenvolvimento desigual.

A origem financeira da crise e os desequilíbrios introduzidos pela deriva bancária, pela gestão irracional e irresponsável do crédito, pela ação desregulada e libertina dos agentes especulativos conduziram a poderosas transferências de riqueza em benefício de um conjunto de agentes económicos com influência sistémica e em detrimento de um número crescente de desapossados, localizados principalmente nas periferias. Ao mesmo tempo, em nome da austeridade, desfizeram-se, de forma rude, relações fundamentais entre emprego, rendimentos, procura, transações económicas, investimento e crescimento da economia. E este foi o tipo de relações que levou ao progresso da Europa desde o pós-guerra.

A “inexistência” da Europa viu-se, sobretudo, quando que muito do que foi desfeito de maneira injusta, gratuita e violenta, se fez perante a sua passividade ou mesmo pela sua ação. É chocante ver como se deixou todo o espaço ao mais poderoso instrumento ideológico criado nos nossos tempos: a ideia, falsa, de que os chamados “mercados” são o mecanismo incontornável e indiscutível de regulação a que tudo e todos se devem sujeitar.

4. Portugal: regressar à década de noventa para compreender a economia política da estagnação, da austeridade e do retrocesso

Analisar a economia não é colecionar números. Nem as estatísticas se substituem à realidade, visto que não lhe conseguem reconstituir toda complexidade e as múltiplas inter-relações, nem os números são, em si mesmos, inequívocos. A economia compreende-se procurando, designadamente, entender os movimentos que nela se geram, as interdependências que se estabelecem, os

processos que se consolidam e as pessoas e instituições delas fazem parte ou que nela intervêm. Tudo isto não quer dizer que não seja importante encontrar factos característicos, que ajudem a definir situações, e procurar dados relevantes para fundamentar o que se pretende dizer. Mas é a interpretação e uma leitura qualitativa da matéria que deve prevalecer.

Nesta secção vou usar abundantemente informação estatística e recorrer a múltiplas variáveis. Mas este foi um trabalho simultâneo ao desenvolvimento de uma interpretação e de uma perspetiva de compreensão da realidade portuguesa. A conclusão a que cheguei é que há uma economia política da estagnação, da austeridade e do retrocesso que se vai instituindo em vista do conjunto dos condicionalismos a que a atividade económica fica sujeita em tal situação. É possível definir os seus termos e mostrar os pontos fundamentais em que assenta. É isso que procurei mostrar antes que vou agora prosseguir, tomando como objeto a economia portuguesa e os dados empíricos que me parecem mais centrais. Na verdade, os indicadores que se seguem não são elementos “obrigatórios” nem nos revelam o real – são as peças principais que privilegio para traçar um retrato. Neste sentido, as escolhas que fiz são tanto empíricas como interpretativas.

A primeira opção para a finalidade da análise é sobre o período temporal a adotar. Ele tem de tomar em conta a produção dos novos efeitos que resultam das condicionalidades impostas pela constituição da UEM e pela criação do Euro. Tem, por isso, de incluir a segunda metade da década de noventa (quando surge o “ovo da serpente”) e prolongar-se pelo longo período em que a turbulência e a crise se desenrolam. Com já disse, 1993 foi o ano de crescimento negativo que “fechou” o ciclo anterior. Podia supor-se que se ancorava ali um novo ciclo com a forma dos que conhecemos antes. E num primeiro momento aparenta ser assim, pois ainda se registam oito anos sucessivos de crescimento positivo, até 2002, o que parecia configurar um ciclo normal, como se nada se tivesse passado. Vamos procurar ver como, no entanto, a sua condição se mostrará radicalmente diferente dos ciclos anteriores. Tudo começa na comparativamente baixa taxa média de crescimento do período 1993-2003. Em si mesmo, este facto não autorizaria conclusões definitivas. É pelo que acontece por “dentro” do crescimento a partir de 2003 que se percebe que há uma relação entre esta fraca dinâmica da economia e a turbulência que se lhe seguirá. As razões para uma trajetória tão anómala da nossa economia, estão, de facto, já esboçadas no período inicial. Neste caso, a “crise” não é apenas de um ano, em que o crescimento é negativo mas é logo retomado no ano seguinte. Esse ano não é um simples ponto de viragem entre ciclos de crescimento com o mesmo perfil exterior, a mesma duração e os mesmos resultados quantitativos. Trata-se afinal de um momento numa crise prolongada, profunda e, sobretudo, reconfiguradora da natureza da economia e da sociedade. É por causa desta articulação de processos e de tempos que o período em análise é mais longo (23 anos, entre 1993 e 2015) do que o que corresponde aos ciclos anteriores, em geral de cerca de uma década.

A segunda opção, como decorre do que já disse anteriormente, é assumir que, em circunstâncias destas, em que a economia está longe de uma trajetória estabilizada e, pelo contrário, está sujeita a fortes perturbações, é necessário ter a noção do que se está a passar em matéria de criação de riqueza, entendida esta

como condição para gerar bem estar nas suas diferentes dimensões, a começar pelo emprego. O PIB⁶, a sua evolução, é o indicador dessa capacidade e deixa-nos perceber qual é a trajetória global que se está a seguir.

Em terceiro lugar, importa dar toda a centralidade à análise do emprego, da sua evolução e da sua estrutura. Com a economia perturbada e a tender para uma forte desorganização, são os problemas cruciais da inclusão que emergem. E eles começam, obviamente, no emprego – no volume e na qualidade do emprego. O que viemos a conhecer na economia portuguesa em matéria de desemprego tem raízes profundas no que vou chamar dois “excessos”: o excesso de desindustrialização e o correspondente excesso de imobiliário e de terciarização. Não é de simples problemas de “composição” do volume de emprego que se trata. O que está em causa é uma economia com uma moeda forte que, por causa do que a UEM proporciona em matéria de facilidade de circulação de capitais e de financiamento promovido pelos países que se estão a constituir em excedentário, favorece os setores dos designados bens e serviços não transacionáveis que atuam no mercado interno ao abrigo de um protecionismo objetivo que a banca e muitos empresários portugueses aproveitarão sofregamente.

O quarto ponto é a pedra de toque da perspetiva que proponho. Vamos ver que o dado decisivo e absolutamente original reside na formação de uma economia de endividamento externo, em termos internos ativamente promovida pela banca nacional, que cresce à medida que os termos da UEM se instalam e desenvolvem, e que há de confluir numa substituição das responsabilidades privadas que a originaram pela responsabilização pública, que resgata os autores do desmandos, num processo muito claro de transferência de dívidas privadas para dívida pública. Vou fazer a análise da posição devedora da economia do país, que só começa a emergir a meio da década de noventa, dando especial atenção ao que está por dentro do indicador global, e detendo-me nas suas componentes, que são esclarecedoras.

Finalmente, em quinto lugar, detenho-me naquilo que a análise económica não pode ignorar – as desigualdades e as injustiças sociais geradas, assim como a desproteção que emerge, sublinhando os fatores que a originam. Não é por complacência que estes temas são importantes para a economia. É porque ela depende crucialmente deles e é nesta medida que o tópico da sustentabilidade ganha significado real.

⁶ A discussão sobre a qualidade deste indicador enquanto medida de bem estar ou de progresso global envolve muitas vezes uma forte crítica, sendo apontados os seus limites para representar a qualidade de vida, a equidade, o avanço civilizacional ou as grandes opções em matéria organizacional. Essa discussão e essas críticas são pertinentes. Contudo, o que está aqui em causa não é um debate sobre as opções de fundo. Trata-se apenas de apreciar a condição produtiva da economia, o uso da sua capacidade produtiva para gerar riqueza, independentemente da sua repartição ou das estruturas que lhe dão origem. Mais adiante discutem-se outras dimensões, com as quais se pretende tornar a interpretação mais exigente.

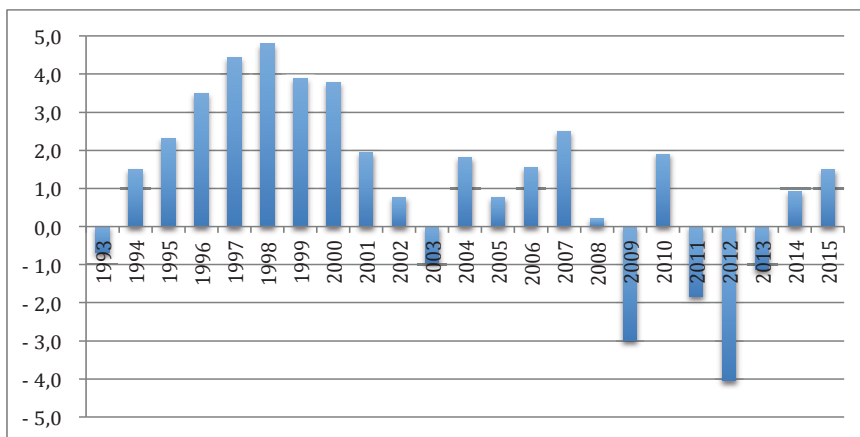
5. Um crescimento económico “apertado” e uma crise inédita (1993-2015)

Durante várias décadas e diversos períodos, fossem os da democratização ou os da integração europeia inicial, a economia portuguesa apresentou uma evolução que se ajusta ao desenho de ciclos económicos de perfis relativamente regulares. Essa regularidade descreve-se por uma determinada duração, uma fase ascendente e outra descendente e uma tendência geral crescente medida por uma taxa média positiva e até elevada. Tais perfis incluem acelerações e desacelerações maiores ou menores e geralmente balizam-se por momentos de crescimento negativos pontuais, não muito mais do que um ano, que podem ser considerados pontos de viragem para um novo ciclo, isto é, para uma nova fase ascendente com a qual se estabelece um perfil idêntico ao anterior.

Aparentemente, uma evolução deste tipo cíclico também se observou na economia portuguesa entre 1993 e 2003. Todos aqueles elementos descritivos estão presentes: duração, fases e pontos de viragem. A única diferença é que a taxa média de crescimento anual desse ciclo é menor que a dos ciclos anteriores. Só por si, isso não autorizaria a que se estabelecesse uma diferença qualitativa que distinguísse este período de tempo dos anteriores. Olhando de forma global (Gráfico1), fica a ideia que a perturbação do que vinha acontecendo em matéria de crescimento económico desde o início do nosso regime democrático só se alteraria nos primeiros anos do novo milénio, quando deixa de ser possível representar a evolução económica através do desenho de um ciclo, pois nem a fase ascendente se descortina. Contudo, se introduzirmos uma hipótese de natureza institucionalista, que tome em conta o quadro de governação que rodeia a economia e as circunstâncias institucionais que a passam a condicionar, pode começar a ganhar-se a convicção de que, mesmo na década de noventa, a realidade nacional já “não bebe das mesmas águas” dos ciclos anteriores. Na verdade, esta é a fase em que a nossa economia se sujeita a um conjunto de condicionalismos nominais, de estabilização macroeconómica, que passam a dar prioridade ao cumprimento de objetivos em matéria de défice orçamental, alinhamento cambial, privatizações, dívida pública e regulação no sentido da prevalência mercados, em detrimento do emprego, da produção e do crescimento, que, aliás, não fazem parte do cardápio de preceitos a que Portugal passa a estar sujeito para ser membro, como pretende, da UEM. Ora, a evolução do crescimento confirma que esta hipótese é pertinente e revela a perturbação que se pode esperar em tais condições.

É por causa deste conjunto de questões que faz sentido observar a taxa de crescimento do período 1993-2003 e compreender que ela não se tornou mais baixa apenas por quaisquer razões económicas gerais e eventualmente transitórias, mas sim porque novas condições institucionais passaram a prevalecer. É isto que convida a que analisemos este ciclo, que podemos designar “da entrada na UEM”, não da forma autónoma que é justificada para analisar o “ciclo da democracia” (1974-1983) e o “ciclo da integração europeia” (1983-1993) mas antes em articulação direta com o período subsequente, posterior a 2003 e até hoje. Este período e que já não pode ser designado como ciclo, antes devendo ser descrito como uma fase de turbulência e retrocesso. De facto, a fase irregular e relativamente insustentável em que a economia portuguesa entrou ancora-se naquele período inicial que ainda parecia ser de normalidade, quando já não era.

Gráfico 1
Do crescimento “apertado” à estagnação
Taxa anual de crescimento do PIB a preços constantes



Fonte: PORDATA⁷

O que ganha particular significado é a fase descendente do ciclo, iniciada em 1999. Ela não é uma simples simetria da fase ascendente que a antecede e muito menos de uma outra que se lhe seguisse, e que não vai ocorrer. De facto, é aqui que se começam a instalar e a gerar efeitos sistemáticos todas as condicionantes da economia que resultam da preparação para a UEM e da satisfação das condições da convergência nominal. Que, por ser nominal, tem numa economia semiperiférica europeia as consequências devastadoras de pôr em causa não apenas as sua matriz diferenciada de funcionamento como a convergência “real”. Porventura por influência positiva do ciclo político (em 1995 há mudança de governo e Guterres simboliza o encerramento do “cavaquismo”), o crescimento permaneceu elevado até 1998 e “resiste” até 2000. Mas no ano seguinte a taxa de crescimento tomba para metade, atingindo um nível negativo em 2003. Estamos já em tempos em que os próprios ciclos políticos se tornam indefinidos, curtos e instáveis⁸. Assim, depois de a taxa média de crescimento se ter tornado baixa, não se sucede uma viragem, visto que os anos de 2004 a 2007 registam taxas de crescimento em média inferior a 2% e não são, notoriamente, o novo arranque. São, pelo contrário, sinais de uma evolução irregular. A partir de 2008, a

⁷ Por razões de coerência e de estabilização da informação, vou passar a usar nos gráficos e quadros que apresento apenas os dados disponibilizados na PORDATA. Trata-se de uma base de dados organizada a partir da informação estatística oficial, em geral produzida pelo INE. O significado dos indicadores (metainformação), as mudanças nas séries, as revisões, atualizações e previsões podem consultar-se em <http://www.pordata.pt/Portugal>. A última consulta que fiz para os dados deste texto foi em 7 de março de 2016.

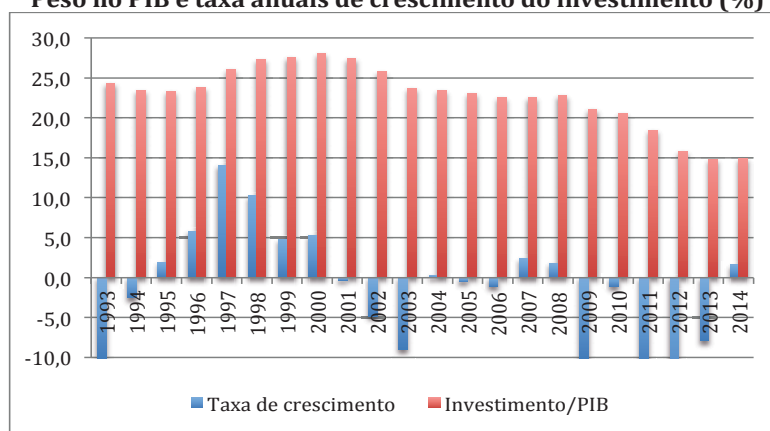
⁸ Demissão de António Guterres em 2001, governos de Durão Barroso (2002-2004), Santana Lopes (2004-2005) e José Sócrates (2005-2009 e 2009-2011).

capacidade de criação de riqueza da economia portuguesa entre em estagnação e em crise, sucedendo-se as evoluções negativas que configuram uma recessão. No conjunto, constata-se que em 11 anos se registaram cinco taxas negativas. Neste contexto, as exceções pontuais mais recentes de 2007 e em 2010 não podem alterar o panorama geral descrito. De facto, estamos apenas perante o resultado de tentativas provisórias, efémeras, assentes na vontade de promover políticas internas de relançamento económico no meio de enormes dificuldades que as haveriam de minar fortemente.

O que também vale a pena sublinhar – e desenvolverei isso mais além – é que, aqui chegados, não são apenas os condicionalismos institucionais externos, resultantes na participação na UEM, que marcam a estagnação da economia portuguesa. É também ela própria que tem uma nova condição interna, ditada por aquelas circunstâncias, ficando muito menos dotada de capacidades produtivas, como a estrutura do emprego e os setores onde assenta o funcionamento exemplificam. É uma economia muito mais baseada em serviços internos, em setores protegidos e em operações bancárias aquela que vamos encontrar.

Por isto mesmo, assinala-se – como nota metodológica – que a economia portuguesa não é, face a tudo isto, observável através da simples dicotomia interno vs. externo, assim como não faz grande sentido balizar o tempo de forma muito fechada (antes ou depois da introdução do euro, por exemplo) porque realidades como as que se nos deparam demoram tempo a configurar-se.

Gráfico 2
Um indicador crítico
Peso no PIB e taxa anuais de crescimento do investimento (%)



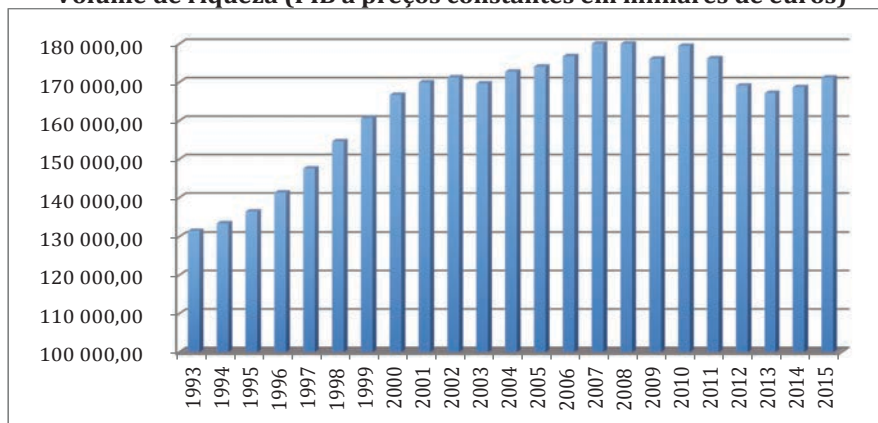
Fonte: PORDATA

Quando os novos dados da inserção da economia portuguesa nos mercados do crédito internacional se vão tornar decisivas, colocando o sistema produtivo em

grande perda (como veremos, o emprego total ainda se mantém mas o peso da indústria no VAB acelera o seu decréscimo), 2007 tem o simbolismo de ser o último ano com crescimento superior a 2% e 2010, antes da “chegada” da *troika*, o de ser último registo positivo antes de três anos em que a economia acumula perdas anuais que, somadas, atingem 5,9%.

O investimento é, num contexto destes, uma variável crítica. Portugal foi durante muito tempo uma economia com taxas de investimento elevadas, na proximidade de $\frac{1}{4}$ da riqueza que criávamos. Hoje, isso corresponde a menos de 15% do PIB. A turbulência que verificámos no crescimento económico está aqui presente e, por tal razão, são vários os anos com taxas negativas de evolução do investimento. Em mais de duas décadas, não se encontram valores absolutos do investimento inferiores aos que tiveram lugar, anualmente, de 2012 para cá.

Gráfico 3
 Recuar para degraus anteriores
Volume de riqueza (PIB a preços constantes em milhares de euros)



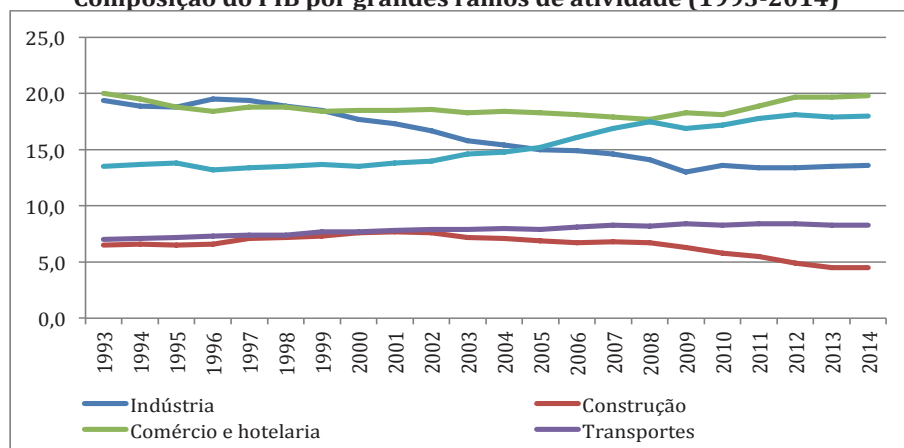
Fonte: PORDATA

A natureza radicalmente distinta da turbulência económica regressiva em que se entrou vê-se com particular clareza não apenas nas taxas de crescimento mas também no valor absoluto do PIB, em termos reais (Gráfico 3). Acontece, coisa rara em economias contemporâneas que atingiram um certo grau de estruturação, que observando o volume de riqueza produzida num ano (tanto pode ser o de 2012 como o de 2013 ou o de 2014) e comparando-o com outro à distância de mais de uma década (2001), se verifica que o valor recente é menor do que o antigo. E a diferença do fundo da recessão para o ano em que a economia criou o valor mais elevado, 2008, é de mais de 14,3 mil milhões de euros (8,6% do PIB do último ano). Quer dizer, em pleno século XXI a economia atravessa um período significativo, que todos imaginaríamos de modernidade e progresso, e conclui-se que o conjunto de recursos para o bem estar que ela forma num ano diminuiu significativamente. Se fizermos o mesmo exercício para o PIB *per capita*, o resultado é idêntico (cf. Quadro 1A, em anexo).

Os grandes indicadores, como os que estou a usar, dão uma imagem global indispensável. Mas a economia é também, e essencialmente, um sistema de organização, de produção e de provisão. Por isso, PIB deve ainda ser analisado decompondo-o em diferentes agregados. Uma forma de o analisar é na ótica da produção, identificando as grandes atividades que originam a riqueza de que ele é uma medida (cf. Quadro 2A, em anexo). Neste sentido, o retrato geral não pode ignorar o que se passa por dentro, neste caso observando como se forma a base produtiva do país.

A quebra da indústria no PIB é o principal facto deste período em que nos estamos a concentrar. Passa de quase 1/5 da riqueza produzida para menos de 14%. As atividades financeiras, de seguros e imobiliárias são as que mais aumentam a sua fatia. Juntamente com comércio e hotelaria perfazem metade do produto. A pedra de toque está, no entanto, na construção (Gráfico 4). Coisa que se tornará mais nítida quando tratarmos do emprego

Gráfico 4
Mudanças no interior da economia
Composição do PIB por grandes ramos de atividade (1993-2014)



Fonte: PORDATA

O facto de a economia se tornar terciária não é em si mesmo um facto anómalo. Isso é próprio da maturação dos sistemas económicos e das inter-relações que neles se estabelecem. O problema consiste em saber se isso é excessivo e se corresponde a um processo de qualificação geral ou, pelo contrário, à expressão empobrecedoras de dinâmicas que fragilizarão a economia, podendo colocá-la em situação difícil e regressiva. Vou procurar mostrar que é isso que aconteceu em Portugal neste período.

6. A atividade económica e a estrutura do emprego: “excesso” de desindustrialização e de imobiliário e terciário e domínio dos “não transacionáveis”

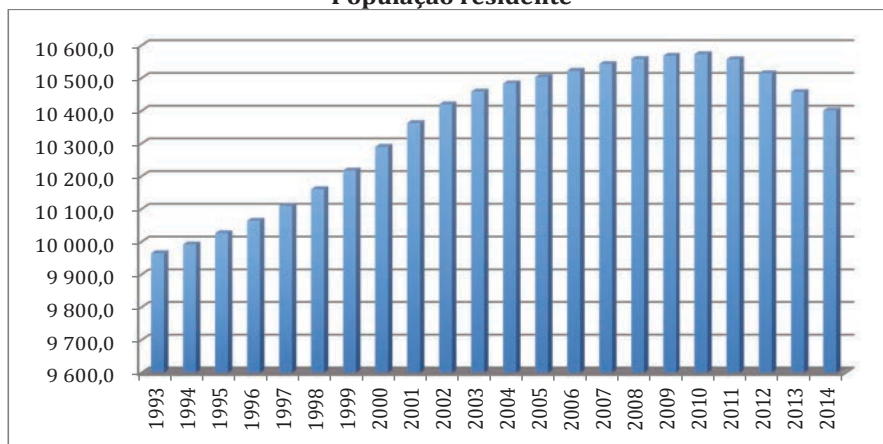
A razão por que, mantendo-se a natureza social e política da nossa vida coletiva, se justifica que a análise do crescimento seja o primeiro passo da observação da organização económica é que a ele estão associadas muitas das demais características e pilares de funcionamento do sistema produtivo e das lógicas prevalentes de inclusão social. Não teria de ser assim se, por exemplo, houvesse alterações radicais das opções que constituem (isto é, que estabelecem a natureza “constitucional”) da nossa forma de viver e trabalhar. Imagine-se que a sociedade decidia reconfigurar profundamente a redistribuição do trabalho e o seu papel, desvinculando-o da subsistência material e da inclusão na vida coletiva. Ou que, na mesma linha, alterava a natureza da redistribuição do rendimento, dado prioridade à equidade. Ou que, ainda na mesma linha, optava por variáveis de bem estar ou de valorização ambiental que hoje estão à margem das grandes deliberações políticas, sociais e económicas. Nesse caso, a questão do crescimento não se punha no mesmo plano, pois havia outras questões essenciais que redefinem a sociedade e o modo de vida e que podiam perfeitamente ser compatíveis com uma secundarização da criação da riqueza e do seu crescimento. Ter-se-ia, então, de usar outros conceitos, outros valores e outras medidas. Mas o que acontece no tempo concreto que estamos a analisar não é isso. Mantem-se o quadro de vida que organizou as sociedades pela produção e pelo trabalho. Nesse contexto, o crescimento representa o ponto nodal através do qual se articulam diferentes aspetos da economia e se ligam as principais variáveis materiais e da macroeconomia. Uma dessas variáveis é o emprego. Quer dizer, mantendo-se a mesma lógica de uso do trabalho, o mesmo sistema tecnológico e a mesma forma de repartição do rendimento, o crescimento económico – isto é o nível em que a atividade se situa – tem uma relação muito direta com a inclusão pelo trabalho na economia. Isso mesmo pode ser apreciado não apenas pelo volume de emprego e desemprego mas também pela parte da população que se considera que é ativa, quer dizer, trabalha ou pretende trabalhar segundo os critérios que convencionalmente definem uma atividade como trabalho e emprego⁹. No limite, o próprio volume da população residente está associado ao nível de atividade para que a economia tende, e que se regista através da medida do crescimento económico.

⁹ As definições estatísticas de trabalho e de emprego resultam de convenções metodológicas, pelo que podem não ser mais do que uma aproximação à realidade. Por exemplo, um empregado é um “indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.” (metainformação – INE).

6.1. A população e o trabalho: retrato de um país que retrocede

Justamente por isso, vale a pena começar por observar a evolução da população residente neste período (Gráfico 5), embora sabendo que são múltiplas as variáveis que a determinam e que não tem de se ver nela um espelho perfeito do estado na economia. É principalmente assim para os momentos de dinâmica demográfica positiva. Já nos momentos regressivos pode supor-se que a relação é mais direta. Ora, a população residente em Portugal, que cresceu de maneira significativa até 2001, manteve o crescimento até 2010. A partir daí diminuiu cerca de 170 mil pessoas em 4 anos, segundo uma tendência que recentemente atingiu uma redução de 0,5% ao ano. Tal como no PIB, também aqui se recua para valores anteriores a 2002 (Cf. Quadro 3A, em anexo).

Gráfico 5
O indicador mais elementar de um país em retrocesso
População residente



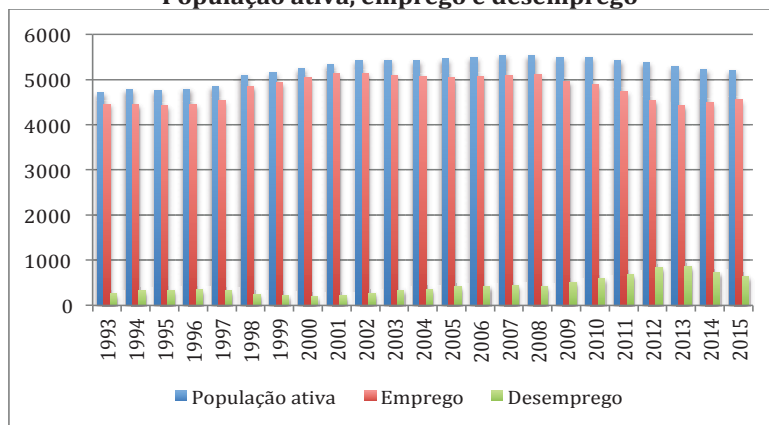
Fonte: PORDATA

Este quadro é repulsivo, não inclusivo. Isso é bem demonstrado pela evolução da emigração que, segundo os registos do INE, ultrapassa desde 2011 cem mil pessoas por ano, entre emigrantes temporários e permanentes, perfazendo um total de mais de 480 mil pessoas. O Observatório da Emigração estima que entre 2008 e 2010 tinham sido do país anualmente, em média, mais de oitenta mil portugueses, o que somado à estimativa para 2011, que se cifra em 110 mil, levaria a que a população se reduzisse, por esta via, em 600 mil pessoas (Observatório da Emigração, 2014: 35-36). Ora, isto acontece em contraste flagrante com os anos noventa, em que os volumes anuais de emigração andavam na casa dos 20 a 30 mil, com um predomínio dos emigrantes temporários superior ao que hoje acontece (Cf. de novo Quadro 3A, em anexo).

O ambiente demográfico tem uma relação próxima com o emprego e isso vê-se bem na evolução da população ativa portuguesa que, de 1993 até 2008, esteve em pleno crescimento. Portugal, que era já uma economia onde muita gente

trabalhava, reforçou a sua natureza, sendo uma das economias europeias onde a incorporação no mercado de trabalho tinha mais significado. Entre aqueles dois anos, mais oitocentas mil pessoas passaram a ser ativos, o que colocou a taxa de atividade em 78%, correspondendo a 5,5 milhões de pessoas. O emprego total cresceu segundo a mesma tendência. No mesmo período de tempo, foram criados mais de 650 mil postos de trabalho, atingindo 5,1 milhões. O volume de desemprego, equivalente à diferença entre a população ativa e o emprego, e taxa de desemprego mantiveram-se em níveis relativamente baixos, crescendo um e outra de forma dramática a partir de 2008. Daqui até 2014 mais de 300 mil ativos “desapareceram”, perdendo esse condição, e mais de 600 mil empregos foram destruídos. O volume do desemprego em 2012 e 2013 foi mais do que o quádruplo (cf. ainda o Quadro 3A, em anexo).

Gráfico 6
De um país ativo a um país que exclui do trabalho e do emprego
População ativa, emprego e desemprego

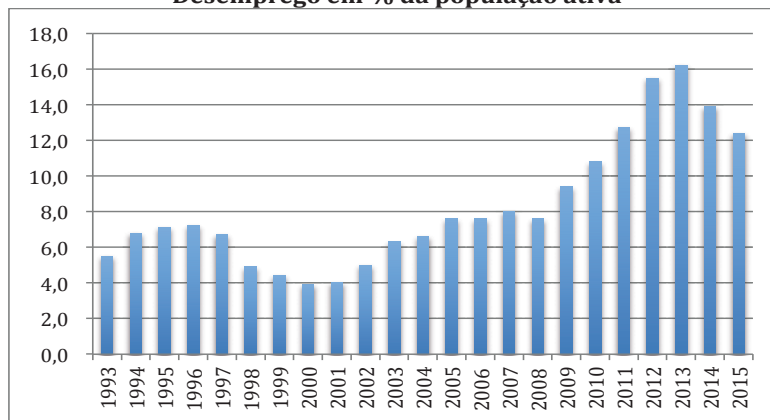


Fonte: PORDATA

Dados desta natureza mostram bem nas suas várias dimensões – desde a população que é “chamada” ao mercado de trabalho até ao volume de emprego e desemprego – o efeito geral que ocorre na economia em consequência da presença de expectativas positivas ou do registo de efeitos de turbulência. Neste período acontecem as duas coisas. Como já se viu com a evolução do PIB, há um indiscutível ambiente de expectativas e de resultados favoráveis que a evolução populacional e o emprego revelam. Aquela com um desenho mais ciclo (a curva inverte a sua tendência mais cedo), esta de acomodação mais lenta, demorando mais tempo a refletir a turbulência. No entanto, a perturbação não deixa de ser clara e até mais violenta quando acontece. Aqui, é preciso recuar a 1996 para encontrarmos um volume de emprego inferior ao de 2014. Tal como no PIB, 2008 tinha sido o ano em que o emprego foi mais elevado em Portugal. Entre este ano e 2013 destruíram-se quase 690 mil postos de trabalho. A recuperação de 2014 não altera a natureza do problema.

Portugal, sendo um país em que muita gente trabalha, foi também, durante muito tempo, um país com baixo nível de desemprego (Gráfico 6). Este dado é indispensável para compreendermos a organização da vida das famílias, a sua relação com as políticas públicas e as decisões que as pessoas tomavam em vários planos, desde a compra de casa ao consumo. O trabalho, era, com efeito, o principal mecanismo de inclusão, o que dinamizava a economia e pressionava menos as políticas sociais, por exemplo. Mas a situação vai alterar-se radicalmente a partir de 2008, quando, pela primeira vez no Portugal democrático e contemporâneo, o desemprego massivo irrompe e se prolonga por anos, mudando drasticamente o quadro de expectativas (Gráfico 7).

Gráfico 7
Uma novidade radical: a emergência do desemprego massivo
Desemprego em % da população ativa



Fonte: PORDATA

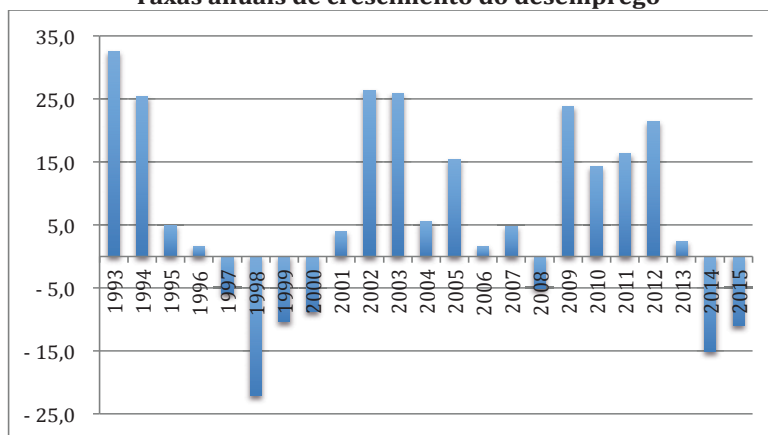
Quando isto acontece o desemprego resulta, em cada momento, de um choque brutal, como o mostram as elevadas taxas anuais de aumento, que várias vezes se situam acima de 25% (Gráfico 8). Naturalmente que a situação se agrava quando se sucedem os choques, tendo-se tornado claro que a circunstância não é passageira.

E nesta discussão nem sequer entra o facto de esta a tomar em conta o desemprego tal como é registado pelo INE¹⁰, não tendo ainda feito a recensão da

¹⁰ Um desempregado é um “indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos

crítica muito pertinente que se justifica e cuja melhor expressão está nos trabalhos do Observatório sobre Crises e Alternativas¹¹.

Gráfico 8
Os choques do desemprego
Taxas anuais de crescimento do desemprego



Fonte: PORDATA

Este contexto geral também mostra que a economia portuguesa, com a preparação da UEM e com o euro, teve fortes dinâmicas de emprego, particularmente aceleradas até 2002. Deve no entanto reparar-se noutros indicadores do mercado do trabalho, como por exemplo, no crescimento do trabalho a tempo parcial, que passou de 7% dos empregados para 11%, chegando aos 15% em 2012. Ou ainda na diferença entre o número desempregados e o de inscritos nos centros de emprego (à procura de trabalho ou de mudança de emprego), que era inicialmente negativa e passou para um valor positivo na casa dos 150 mil, indiciando um forte desalento na procura de emprego e revelando a perceção de que o sistema de emprego não é saudável (cf. Quadro 3A, em anexo).

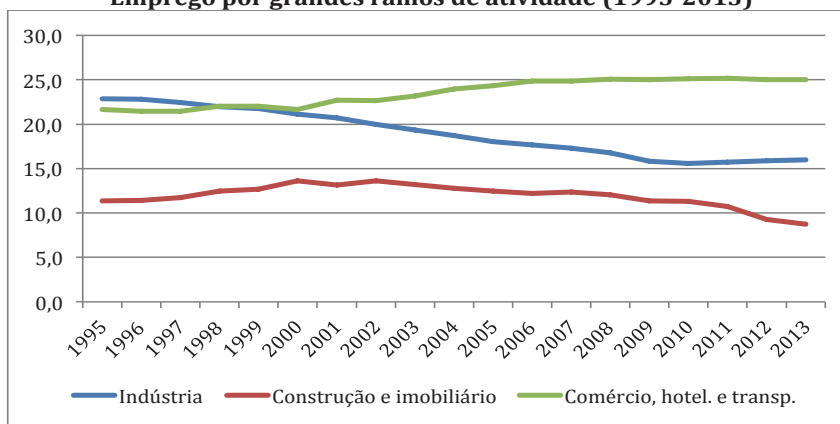
financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).” (metainformação - INE)

¹¹ O *Barómetro das Crises* nº 1, de 25/2012 e o nº 13, de 26/3/2015, servem de referência para o que se disse. Cf. <http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/>

6.2. Os excessos de uma economia em desorganização: desindustrialização, terciarização e atividades imobiliárias

Tão importante como este retrato global é a imagem que se pode obter da análise da estrutura do volume global de emprego. Como já se disse, num período como o que estamos a observar e numa economia como a nossa, a terciarização do sistema de emprego é um processo relativamente esperado e estabilizado. O mesmo acontecerá, por influência geral deste processo, com a redefinição da estrutura das atividades, que tende a tornar-se mais complexa por força da existência de novas especializações, da alteração dos processos de organização da produção ou da emergência de novas necessidades sociais. Por exemplo, para cada uma das situações apontadas, as atividades de apoio à produção (consultoria, informática, serviços jurídicos, investigação) tornam-se mais especializadas e desenvolvem-se autonomamente, a subcontratação ou o chamado *outsourcing* de serviços aumentam, os serviços de apoio às pessoas ganham importância, juntamente com o acréscimo da prestação de serviços de educação ou saúde. Tudo isto se nota na evolução do sistema de emprego em Portugal (Cf. Quadro 4A, em anexo). Mas acontece que há transformações muito relevantes, verdadeiramente estruturais, que vão muito para além do que acaba de se descrever. Há duas que justificam um sublinhado. São dois excessos. A primeira é o excesso de desindustrialização. A segunda é o excesso de atividades imobiliárias e terciárias. Mais do que a expressão quantitativa destas mudanças, interessa a sua natureza.

Gráfico 9
Excesso de desindustrialização e de terciarização e imobiliário
Emprego por grandes ramos de atividade (1995-2013)



Fonte: PORDATA

Quanto ao primeiro excesso, a desindustrialização mede-se pela perda de postos de trabalho neste setor, que é de cerca de 330 mil entre 1995 e 2013 (sendo mais de 360 mil se consideramos o máximo de 1999), passando de 23% do emprego total para menos de 16% (Gráfico 9). No mesmo sentido vai a redução da

importância da sua produção no total da criação de valor, que diminuiu de perto de 20% nos anos noventa para menos de 13,6% em 2013, como se viu atrás.

É nas atividades imobiliárias que se encontra a mais imediata “contrapartida”, vista pelo lado do emprego e da sua estrutura, para as modificações mais profundas que se estão a registar na economia portuguesa. Não se trata, evidentemente, de um simples balanço entre oportunidades de emprego – trata-se de a economia estar sob uma forma de regulação macroeconómica que deu toda a centralidade à lógica bancária e de circulação de capitais e que se dirigiram para as atividades protegidas no mercado interno nacional e que ofereciam aparentes e artificiais remunerações elevadas, gerando uma espiral de financeirização e especulação que as chamadas “imparidades” dos balanços dos bancos haveriam mais tarde de vir a revelar. Ora, o aumento de emprego só na construção é verdadeiramente explosivo, correspondendo a um aumento de quase 50% quando chega a perto de 600 mil postos de trabalho (em 2002), sendo ainda 518 mil em 2007. As atividades imobiliárias associadas à construção (ou mesmo a consultoria e os serviços especializados, incluindo os de engenharia) somam-se a esta mesma tendência. A segunda parte da “contrapartida” da desindustrialização está no excesso de terciarização e é particularmente visível no comércio e, sobretudo, nas atividades hoteleiras.

Todos estes setores do domínio empresarial (construção e atividades complementares, comércio e hotelaria) compartilham, com a exceção dos que se relacionam com o acolhimento de turistas estrangeiros, a condição de produzirem bens e prestarem serviços “não transacionáveis”, isto é, não destinados à exportação, beneficiando antes das vantagens que a regulação da economia nacional lhes proporciona, e que não podem ser desligadas das lógicas do financiamento disponível e do desenvolvimento da procura interna.

7. Uma dependência original e intensa nos anos 2000: a banca e o crédito no governo da economia

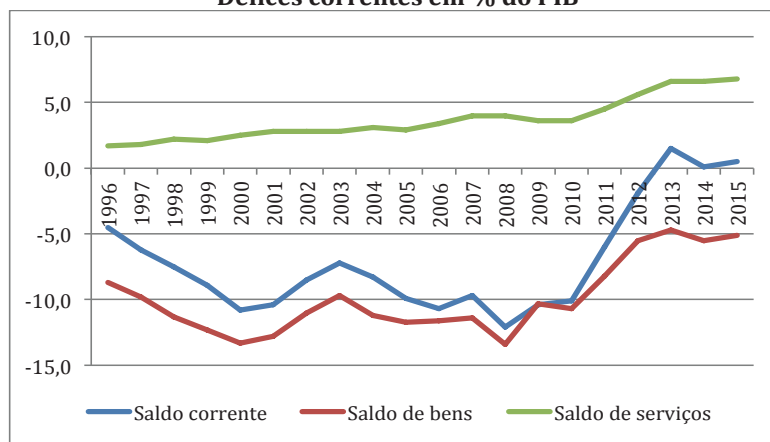
Todo o quadro descrito anteriormente, quer sobre a evolução da criação de riqueza, quer sobre a estrutura do emprego, está diretamente associado a uma forma de dependência da economia portuguesa intensa e absolutamente original, que define todo este período. Ela nunca tinha acontecido em Portugal, mesmo em momentos de crise e transição como os que conhecemos pontualmente no final dos anos setenta e nos anos oitenta. É, na verdade, uma nova Economia Política, assente na circulação financeira, que se instala no nosso país e, afinal, no contexto europeu. As relações económicas externas são, por isso, o ponto fulcral da mudança significativa. Há três perspetivas segundo as quais vale a pena observá-las: a dependência comercial, a dependência financeira e o crédito e o endividamento.

7.1. Dependência comercial e dependência financeira

Numa economia que passou a proteger especialmente os setores que assentam no mercado interno, em lógicas especulativas (construção e imobiliário) e em incentivar a uma rápida utilização do rendimento redistribuído, com desproteção da capacidade produtiva industrial, é de esperar que o primeiro

aspeto a revelar-se seja a dependência comercial, expressa nos saldos da balança corrente. Em circunstâncias como as do tipo de integração económica em que Portugal está inserido, é aqui que, na verdade, se reflete bem o enfraquecimento da economia portuguesa a que tenho estado a aludir (Cf. Quadro 5A, em anexo). É a capacidade produtiva da economia, vista através da produção de bens, que está principalmente em causa. Na medida em que os serviços, essencialmente o turismo, registam um saldo positivo, a dependência externa líquida em mercadorias é consideravelmente mais forte, sendo sempre mais grave que o saldo da balança corrente total e atingindo valores negativos da ordem dos 13% do PIB (Gráfico 10).

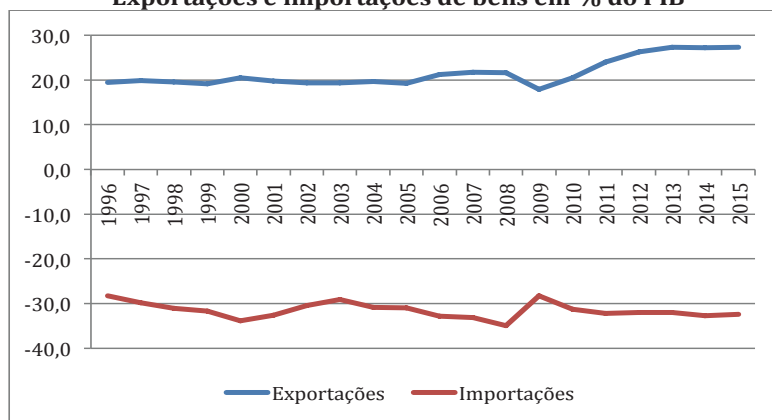
Gráfico 10
Uma integração financeira que deixa de lado a economia e promove o turismo
Défices correntes em % do PIB



Fonte: PORDATA

Quer dizer, é a estrutura produtiva industrial que se ressent de forma particularmente acentuada, sendo aí que mais se revela a natureza recessiva do novo enquadramento institucional. Com as exportações de bens a nunca descolaram da casa dos 20% do PIB até 2010, as importações de bens crescem e ficam sempre na vizinhança do equivalente a 30% da riqueza que produzimos (Gráfico 11). Quer dizer, a fase da UEM é para a economia portuguesa um momento de forte abertura, mas com um só sentido – o da entrada de mercadorias de outros países. É uma integração financeira sem a economia ou contra a economia, se entendermos por esta a sua capacidade produtiva.

Gráfico 11
A ilusão do equilíbrio da balança corrente
Exportações e importações de bens em % do PIB



Fonte: PORDATA

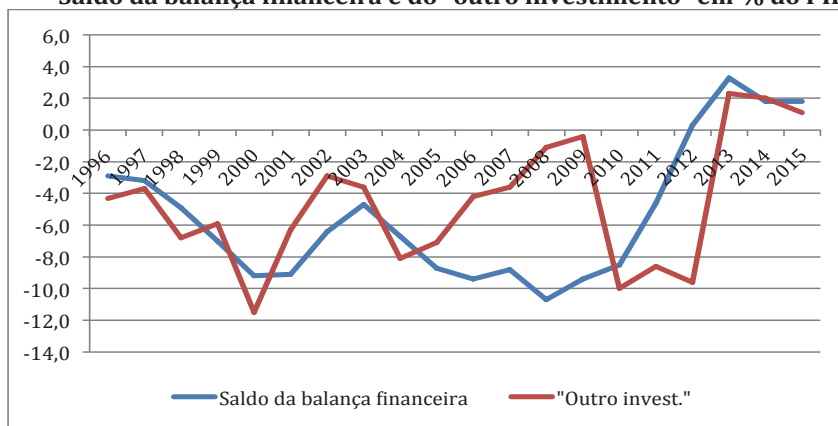
Merece atenção o que se passa com a alteração significativa do saldo da balança corrente que ocorreu depois de 2010, que tem sido muito comentado, às vezes de forma imprudente. Quando o peso relativo das exportações de bens sobe, ele não chega para cobrir as importações de bens, que continuam a registar valores dos mais elevados. É indiscutível que o défice externo corrente diminuiu significativamente e alcançou mesmo valores positivos. Mas tal evolução é muito desigualmente repartida entre o sector que produz bens e o que oferece serviços. Nos últimos três anos (2012 a 2014) a dependência externa em bens é ainda superior a 5% do PIB, mantendo-se o saldo da balança de bens ainda significativamente negativo. Quer isto dizer que não foi a capacidade produtiva industrial que se regenerou. Foi uma economia de serviços, com o turismo à cabeça, que teve particular ativismo. Há algum mal nisso? Não haveria, se falássemos de qualificação da economia e do emprego que gera. Mas não está enganado quem coloque a hipótese de ser uma economia de serviços pouco qualificados e de salários baixos que aqui se desenha. Por estas razões, mesmo quando o saldo da balança corrente se reduz e se torna positivo, o saldo da balança de bens é ainda significativamente negativo. Deste ponto de vista, desengane-se que achar que a austeridade reduziu a dependência material da economia portuguesa relativamente a outras economias. A estória contada sobre a recuperação da capacidade exportadora da nossa economia é uma meia estória, pois ela diz essencialmente respeito ao afluxo turístico. Esse, ou melhor, o seu peso no PIB quase duplica entre 1996 (ou mesmo 2005) e 2014.

No outro lado do espelho estão as relações financeiras (Gráfico 12)¹². O saldo da balança financeira de uma economia que agrava a sua dependência em termos

¹² “A balança financeira designa os montantes que o país investe ou capta no estrangeiro, como são os casos do investimento direto em empresas, do investimento de carteira em ações, obrigações e títulos de dívida ou dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Na relação

comerciais é, necessariamente, negativo e crescente. Passa de 3% do PIB em 1996 para 11% em 2008. O significado seria um se isto se devesse, por exemplo, ao investimento direto estrangeiro (IDE) para a criação de novas empresas e geração de novo emprego¹³. Mas não, aí até acontece que Portugal chega a exportar investimento, em termos líquidos (cf. Quadro 6A, em anexo). O investimento direto português no exterior é superior ao que recebemos de outros países durante vários anos. E quando isso não acontece, o IDE é escasso.

Gráfico 12
O refinanciamento bancário a comandar o endividamento
Saldo da balança financeira e do “outro investimento” em % do PIB



Fonte: PORDATA

A estória é, de facto, outra, e tem a banca no centro do furacão. O chamado “outro investimento”, onde inclui o refinanciamento da banca portuguesa no exterior é elevado e torna-se dramaticamente elevado. Na verdade, é banca que governa a economia portuguesa. E fá-lo segundo uma lógica sofregamente financista, de fazer circular capitais e financiamento segundo todas as modalidades fáceis, sabendo que o seu refinanciamento é também fácil e ainda é barato, dado o papel desempenhado pelo BCE. O que é curioso é que, nesta fase, a expressão “banca portuguesa”, que usei há pouco ainda se aplica. A vertigem bancária não acontece porque o sistema bancário tenha sido tomado pelos interesses externos de quem quer reciclar os seus excedentes, emprestando. É uma “elite” portuguesa, fortemente envolvida na doutrina monetária e financeira da Europa que exerce este papel. Veremos adiante como tudo isto converge para uma cedência de rendimentos ao exterior.

do país com o exterior, o saldo da balança financeira mostra se o país está a mobilizar mais financiamento vindo do estrangeiro (saldo negativo) ou se está a investir mais no exterior (saldo positivo).”

¹³ “O investimento direto é aquele que implica deter pelo menos 10% de uma empresa de outro país.”

Merece ainda atenção o chamado investimento de carteira¹⁴. Curiosamente, num momento de necessidade de financiamento da economia, há momento em que ainda exportamos financiamento através da colocação no exterior de poupanças nacionais, tendo em vista a sua remuneração. Entre 2010 e 2013 que esta rubrica tem sinal positivo (indicando uma “exportação”) e chega a tingir 17,5% do PIB em 2012. Para tudo isso contribuem os mecanismos financeiros que absorvem aquela poupança e que circulam no plano internacional sem nenhuma pertença à economia que a originou.

Para além disto, a balança corrente talvez revele com alguma clareza uma economia que vai consolidando o conjunto de circunstâncias negativas que tenho estado a referir: o transvaze para o exterior sobe a forma do que se designa rendimento primário¹⁵ aumenta de forma considerável. Era, em média, cerca de 0,5 % do PIB até 2000, tornando-se crescente depois, até atingir mais de 3% entre 2006 e 2012.

7.2. Crédito e endividamento: a natureza da inserção externa da economia portuguesa

A análise anterior baseia-se em fluxos anuais. Mas há uma medida global da situação de dependência financeira acumulada de um país face ao exterior e que mostra se ele é credor ou devedor. Designa-se Posição de Investimento Internacional (PII)¹⁶ e corresponde à “diferença acumulada entre ativos (disponibilidades) e passivos (responsabilidades) que o país detém com o exterior”. Refere-se ao país no seu conjunto e não a uma qualquer das realidades institucionais. Não se deve, pois, confundir com a dívida pública. É da economia nacional que falamos, com todos os seus agentes. Por facilidade vou designar a PII por *posição devedora* quando ele é negativa e adoto-a por ser mais comumente utilizada, sabendo-se embora que se distingue do conceito de Dívida Externa Líquida¹⁷.

¹⁴ “O investimento de carteira designa a compra de ações, de obrigações e de outros títulos estrangeiros com vista à obtenção de rendimento.” Não inclui o investimento direto.

¹⁵ “O rendimento primário designa os rendimentos obtidos por quem participa diretamente na produção como as remunerações dos trabalhadores, lucros, dividendos ou juros. Entre os rendimentos recebidos do exterior, incluem-se os dividendos de quem investe em ações de empresas estrangeiras. Entre os rendimentos pagos ao exterior, incluem-se os juros que o Estado paga a não residentes que investem em títulos de dívida pública.”

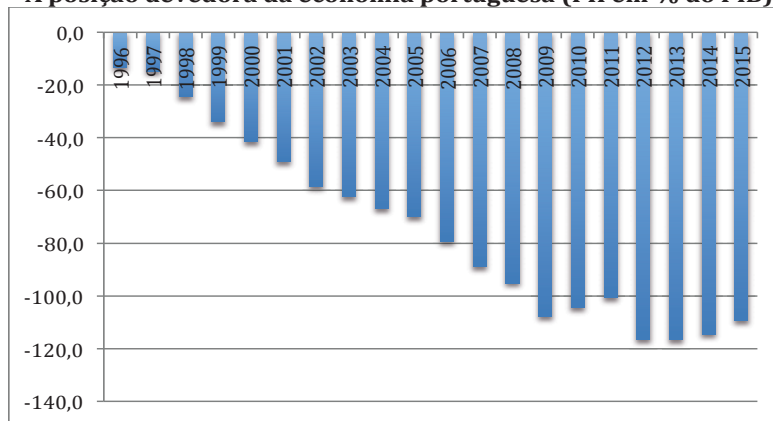
¹⁶ “A posição de investimento internacional compara o que um país deve com o que tem a haver no resto do mundo. A conta não diz respeito apenas a cada ano, mas aos valores acumulados ao longo do tempo até esse ano. O país é devedor se a posição de investimento internacional é negativa e credor se ela é positiva”.

¹⁷ “Calculada a partir da Posição de Investimento Internacional excluindo as componentes de participação no capital de empresas e lucros reinvestidos de investimento direto, ações e outras participações de investimento de carteira, derivados financeiros (que não reservas) e opções sobre ações concedidas a empregados”.

Gráfico 13

Uma economia dependente

A posição devedora da economia portuguesa (PII em % do PIB)



Fonte: PORDATA

A PII é um indicador particularmente nítido do relacionamento externo da nossa economia. Por de trás da sua evolução está um contexto económico e político que muda substantivamente. Inicialmente, o desenvolvimento das condições produtivas parecia constituir o ponto central da nossa vida económica, com ajuda da regulação monetária e financeira. Mas daí passa-se para um outro ambiente em que a inserção dependente na circulação financeira se torna crescente até se constituir em essencial.

Como vemos (Gráfico 13), a posição devedora nacional perante o exterior é hoje, em termos líquidos, 111% do PIB. Ainda em 1999 a PII era menos de 1/3 do valor atual. Mas em 1996 era -13% do PIB, isto é, cerca de 1/9 do valor. Há rupturas fundamentais em 2002 e em 2006, quando aumenta em cada ano quase o equivalente a 10% do PIB, atingindo, respetivamente, 58,4% e 79,3% desta mesma grandeza. Em 2012, já num patamar elevadíssimo, aumenta o equivalente a quase 14% do PIB (cf. Quadro 7A, em anexo).

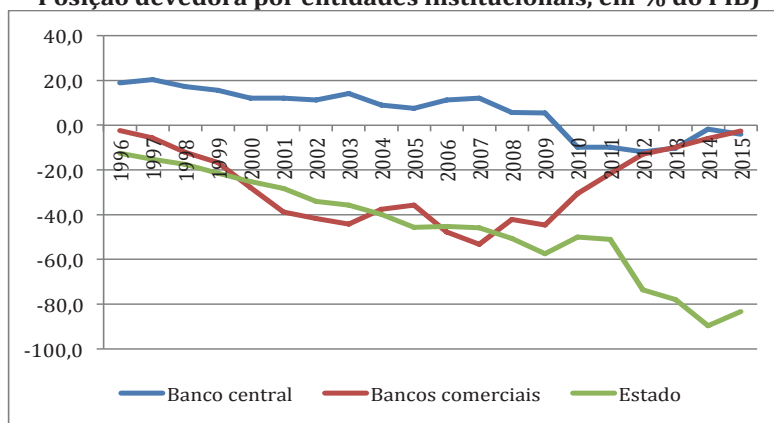
Ou seja, a plena vigência dos mecanismos institucionais da UEM é contemporânea de um dramático endividamento externo da economia portuguesa no seu conjunto. A multiplicação por nove de um indicador desta natureza tem de se associar a uma economia que fica profundamente enfraquecida. Isso resulta do seu valor global, já comentado, mas tem de ser visto, de forma mais fina. De facto, a posição devedora, que representa um *stock*, um acumulado do que se regista em cada ano, pode ser observado internamente através de duas perspetivas: as suas componentes enquanto agregados económicos e as entidades institucionais que detêm direitos ou responsabilidades perante o exterior.

Quanto à primeira, consideram-se essencialmente o Investimento Direto, o Investimento de Carteira, o Outro Investimento e os Ativos de Reserva. Com já referi antes, a propósito dos fluxos anuais, poderia acontecer que para a

mudança da nossa circunstância perante agentes exteriores tivesse contribuído, por exemplo, o facto de a economia portuguesa se ter tornado um destino do investimento produtivo, revelado pelo investimento direto estrangeiro. Nesse caso, as “responsabilidades perante o exterior” advinham de acréscimos, pelo investimento, na própria estrutura económica nacional e constituiriam certamente um fator de criação de riqueza que influenciaria, pelo menos quantitativamente, a sua trajetória futura. Outras variáveis como o emprego ou a balança corrente registariam idênticos efeitos. Na verdade, no período sob análise, o Investimento Direto líquido (que resulta da subtração ao IDE do próprio investimento português no estrangeiro) duplicou, passando de 10% para 20% do PIB, e “agravando”, por isso, o sinal negativo da PII. Não se passou o mesmo com o “investimento de carteira” que, apesar de grandes oscilações, chega ao fim do período como um valor semelhante ao do início.

Mas, na verdade, não é nestas duas componentes que reside o “buslises” da questão. Como já se viu atrás, quando observámos a balança corrente e, portanto, os fluxos anuais, é no chamado “outro investimento” que está a raiz do problema. Esta variável não apenas representava já em 2000 um valor significativo (mais de 30% do PIB) como cresceu fortemente, acompanhando (ou melhor, determinando) a evolução do total da PII. Encontra-se aqui o refinanciamento bancário no exterior, isto é, a dívida externa da banca portuguesa. Tal como o conjunto do endividamento da economia portuguesa triplicou, o “outro investimento” também triplicou, chegando a 88% daquele valor total em 2012¹⁸.

Gráfico 14
Quando o público toma as responsabilidades do privado
Posição devedora por entidades institucionais, em % do PIB)



Fonte: PORDATA

¹⁸ Nesta caso, estou a usar a informação do Banco de Portugal, publicada em várias edições do *Relatório Anual*, que foi “descontinuado” em 2014.

Quanto à análise da PII por setores institucionais, ela mostra-nos que em 2007 a posição devedora da economia portuguesa perante o exterior era largamente explicada pelo endividamento da banca: este correspondia a 53% do PIB, quando o endividamento total era 89% (Gráfico 14). O Banco de Portugal tinha uma posição positiva, credora, e as administrações públicas tinham um endividamento de cerca de metade do que têm hoje. O das empresas (sociedades não financeiras) era 2/3 do atual. Hoje, como vemos, a banca passou o seu endividamento para o banco central e para o Estado. E aqui reside um aspeto absolutamente essencial do chamado “ajustamento” português. Ele é, com clareza, uma substituição das responsabilidades privadas e bancárias pelas públicas, depois dos desmandos bancários.

Ao mesmo tempo é interessante observar quais as entidades que são, em termos líquidos, sistematicamente credoras perante o exterior, isto é, exportam recursos financeiros – são os particulares e as instituições financeiras não monetárias¹⁹. Juntas, o seu saldo positivo com o exterior equivale a mais de 20% do PIB. Também isto nos diz muito sobre a natureza da financeirização que predomina, a que já aludi atrás. Ela não é legível numa base nacional, como se houvesse um país inteiro e uno de um lado e o resto do mundo de outro. Dentro do país, há grupos e dinâmicas que têm comportamentos muito distintos e até são agentes ativos da exportação financeira, contribuindo por esse lado para a o endividamento geral português. As poupanças individuais, os fundos de investimento onde elas possam ser colocadas estão noutra trilha, diferente daquela para onde, por exemplo, o Estado foi encaminhado. Como bem sabemos, o discurso dominante, como forte carga ideológica, obscurece todos estes aspetos.

É aqui que assenta o argumento central que tenho apresentado acerca da evolução económica portuguesa das duas últimas décadas: o da sua sobredeterminação por determinantes externas. A arquitetura institucional da UEM e a Economia Política da austeridade a que ela inexoravelmente levou constituem o caso acabado de tais circunstâncias. Foram várias as dimensões da inserção externa da nossa economia que se modificaram significativamente, antes mesmo da UEM, perante o desenvolvimento da financeirização e a disrupção do quadro económico em que Portugal funcionava.

Uma pequena história da observação do endividamento português

Até 1999 o Banco de Portugal produzia e publicava nalguns dos seus relatórios anuais um indicador da posição financeira acumulada da economia portuguesa face ao exterior que designava Posição Externa Líquida (PEL). Para o ano que estou a tomar como ponto de partida para a análise deste período, 1993, dizia-se no Relatório Anual do Banco de Portugal (p.110-112), “a posição externa líquida do País apresentou um valor de cerca de mil milhões de contos”, tendo

¹⁹ “As instituições financeiras monetárias incluem o banco central e os restantes bancos, as caixas económicas e as entidades que aceitam depósitos, concedem crédito ou investem em títulos como ações.”

diminuído para 7,3% do PIB face aos 10,8% do ano anterior²⁰. Quer dizer, registava-se aqui uma situação positiva, excedentária, da economia portuguesa. Não era de *posição devedora* que tínhamos de falar mas sim de *posição credora*.

Por sua vez, no Relatório sobre a economia portuguesa em 1996, ainda se dizia (p. 107): “De acordo com a informação actualmente disponível, a posição externa do país, em 1996, continuou a ser de credor líquido face ao exterior, embora num montante inferior ao do ano anterior (...). A redução da posição externa líquida em 1996 refletiu a redução acentuada das disponibilidades líquidas de curto prazo dos bancos”. Os valores em causa, para 1995 e 1996 eram, respetivamente, 6,5 % e 5,3% do PIB.

Em 1998, quando aquela posição ainda era registada como positiva, indicava-se: “A diminuição das disponibilidades líquidas sobre o exterior da economia portuguesa resultou, em larga medida, da evolução da posição externa líquida dos bancos portugueses [que] foi equivalente a -8.9 por cento do PIB em 1998 (-4.2 por cento do PIB em 1997)” (Banco de Portugal, Relatório Anual, p. 134). Reiterava-se assim uma razão em que os relatórios anteriores já tinham insistido – a situação da banca começava a ser central no relacionamento externo de toda a economia.

Acontece que, quando a circulação financeira se acelera e dependência externa da economia portuguesa se agudiza, começa a criar-se um interessante problema estatístico. Um verdadeiro quebra-cabeças para quem apura um indicador que meça a sua dimensão. É notória a dificuldade de o captar e fixar, visto que parece haver uma forte volatilidade. Resta saber se se trata também de um indicador obscuro.

Como já notámos, em 1992 essa posição era positiva e da ordem dos 11% do PIB do mesmo ano. A tendência de decréscimo desenha-se, no entanto, já com muita nitidez, e atinge-se os 0,4% em 1998. A PEL é pela primeira vez negativa em 1999. Contudo, nesse mesmo ano, o Banco de Portugal, acompanhando alterações metodológicas dos sistemas estatísticos, passou a apresentar²¹ a Posição de Investimento Internacional (PII)²², em substituição das estatísticas de Posição Externa Líquida e dando-lhe outra amplitude²³. O novo indicador, que

²⁰ Segundo a mesma fonte, a Posição Externa Líquida da economia portuguesa foi, em 1989, 1990 e 1991 3,9%, 6,4% e 9,1% do PIB, respetivamente.

²¹ No *Boletim Estatístico* de Dezembro de 1999.

²² “As estatísticas de Posição de Investimento Internacional que, juntamente com as estatísticas de balança de pagamentos, constituem o conjunto de contas externas de uma economia, consistem num balanço de todos os activos e passivos financeiros externos dessa mesma economia, num determinado momento. A posição no final de um determinado período reflecte as transacções financeiras, as variações de preço e de taxas de câmbio e outros ajustamentos ocorridos durante o período, que afectam o nível de activos e de passivos financeiros da economia face ao exterior registados no início desse mesmo período”. (Banco de Portugal, *Relatório Anual*, 1999: 162).

²³ “Comparativamente com o conceito de Posição de Investimento Internacional, a Posição Externa Líquida publicada anteriormente pelo Banco de Portugal, não incluía, ao nível das principais componentes, os “stocks” de investimento directo, de investimento de carteira em títulos de participação do capital, de créditos comerciais e de derivados financeiros. Isto é, a PEL considerava, apenas, os activos e passivos em relação ao exterior que vencem juros. Assim, enquanto de acordo com a PEL, a economia portuguesa apresentou, no final de 1999, uma

servirá agora para apreciar a evolução da economia portuguesa segundo o ângulo que estou a propor, era no mesmo ano de 1999, negativo, tal como a PEL, mas segundo um valor muito mais elevado. Isto decorre, evidentemente, das alterações metodológicas.

Quadro 1
Evolução da posição (credora/devedora) da economia portuguesa face ao exterior

	Posição Externa Líquida		Posição de Investimento Internacional			
	1)	2)	3)	4)	5)	6)
1992	10,8					
1993	7,3					
1994						
1995	6,5					
1996	5,3	7,6		-9,6		
1997		3,6		-16,3		
1998		0,4	-18,5	-21,4		
1999		-4,0	-26,6	-28,3	-32,6	
2000				-35,0	-38,4	-38,4
2001					-40,4	-42,5
2002						-45,5

1) Relatório do Banco de Portugal, 1993, p. 111 e Relatório do Banco de Portugal, 1996, p. 107

2) Relatório do Banco de Portugal, 1998, p. 26 e 134 (sem investimento directo nem carteiras d e Relatório do Banco de Portugal, 1999, p. 161 e 162

3) Relatório do Banco de Portugal, 1999, p. 161 e 162

4) Relatório do Banco de Portugal, 2000, p. 196

5) Relatório do Banco de Portugal, 2001, p. 164

6) Relatório do Banco de Portugal, 2002, p. 169

Mas parece também evidente que estamos perante uma realidade em grande evolução e turbulência, difícil de captar. Basta ver que o Banco de Portugal, nos relatórios seguintes, vai fazer sucessivas revisões do valor estimado para o novo indicador, do modo que o Quadro 1 seguinte exemplifica. Tomando de novo em conta 1999, ano emblemático em que o euro passa a ser usado como meio de pagamento electrónico, a dependência externa líquida da economia portuguesa seria equivalente a -4% do PIB segundo a PEL e passaria para -26,6% considerando a PII, tal como está registado no Relatório Anual do Banco para 1999. No Relatório de 2000 o mesmo indicador seria de novo corrigido para -28,3% e no do ano seguinte seria fixado em -32,6%.

posição externa equivalente a -4.0 por cento do PIB, os números da PII revelam uma posição devedora líquida superior a 26 por cento do PIB. Esta diferença é explicada, essencialmente, pelos stocks de investimento directo e de investimento de carteira em títulos de participação no capital. Em ambos os casos, os stocks de investimento do exterior na economia portuguesa (passivos) excedem substancialmente os stocks de investimento de Portugal no exterior (activos).” (Banco de Portugal *Relatório Anual*, 1999: 163).

A partir daí, tomando em conta a nova Balança de Pagamentos²⁴ e deixando de lado quaisquer outras considerações metodológicas ou estatísticas, a dívida externa líquida da economia portuguesa face ao exterior (representada na dita Posição de Investimento Internacional) passa a se crescente, como já observámos, e com rupturas fundamentais já comentadas atrás.

Se não se sabia antes, sabe-se agora com muita clareza: é preciso olhar com particular atenção para o relacionamento financeiro externo da economia. Da economia, e não do Estado. Desde logo porque se pode verificar que é aqui que se começam a registar grandes alterações nos indicadores económicos.

Apesar de detalhes estatísticos, não há dúvida que é neste ciclo que o endividamento externo da economia se inicia e começa a aprofundar-se. E passa-se de uma situação de credor face ao exterior para o de devedor crescente.

8. O mais estrutural dos problemas: desvalorização interna e geração de desigualdades

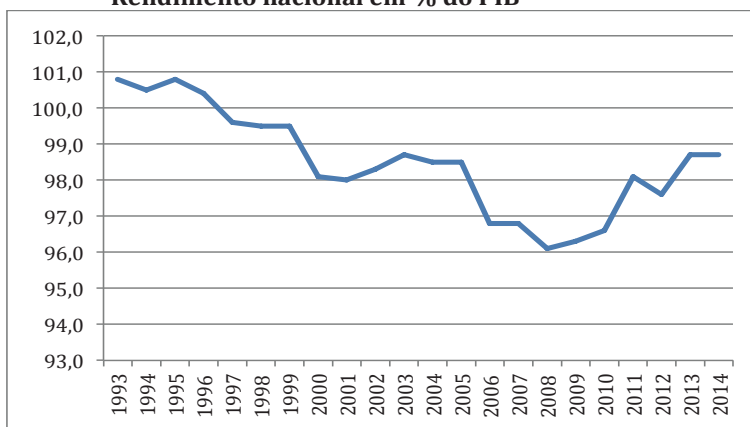
O panorama esboçado até aqui pode resumir-se no seguinte: no contexto da UEM e com forte sobredeterminação por parte da sua arquitetura institucional, a economia portuguesa entrou num longo processo de insustentabilidade e isso vê-se no crescimento fraco e, sobretudo, instável; o predomínio das relações financeiras comandadas por países e sistema bancários excedentários e promovida por agentes e instrumentos financeiros poderosos levou a que se constituíssem ativamente credores da economia portuguesa que condicionaram o sistema produtivo, o emprego e a competitividade; daí resultou um forte transvase de rendimento para a banca e para o exterior; juntamente com endividamento, um largo setor de economia protegida, da banca e dos jogos especulativos em que se envolveu, especialmente com o imobiliário, às outras atividades assentes em bens e serviços não transacionáveis, marca fortemente a economia e condiciona-a.

Os efeitos de uma sobredeterminação tão forte pelas relações externas da economia, sendo de natureza financeira, não deixa, evidentemente, de se espelhar na economia real. Vale a pena voltar ao indicador do volume de riqueza produzida internamente na economia (PIB) e compará-lo com o Rendimento

²⁴ “A apresentação da balança de pagamentos portuguesa passou a ser efectuada de acordo com uma estrutura que incorpora as recomendações metodológicas internacionais, nomeadamente da 5ª edição do Manual da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI). O aumento significativo do comércio internacional de serviços e o desenvolvimento e inovação registados nos mercados financeiros internacionais a partir dos anos 80, implicaram a necessidade de alterar o tratamento e classificação de algumas operações na balança de pagamentos. As alterações metodológicas introduzidas nesta 5ª edição do Manual do FMI justificam-se, igualmente, pela necessidade de harmonização e consistência com o Sistema de Contas Nacionais, nomeadamente ao nível das transferências unilaterais de capital. Em segundo lugar, verificou-se uma melhoria da informação estatística utilizada na elaboração da balança de pagamentos portuguesa, o que se traduziu em revisões de dados anteriormente divulgados. Na nova apresentação, a balança de pagamentos é constituída por três componentes principais: a Balança Corrente, a Balança de Capital e a Balança Financeira.” (Banco de Portugal *Relatório Anual*, 1998: 121).

Nacional²⁵. Esta é a primeira repartição a que o PIB sujeito e mostra o que constitui os proveitos auferidos pelos cidadãos ou entidades que estão no país. Ora, como se mostra no Gráfico 15, chegou a haver momentos em que 4% do PIB não era rendimento nacional. Esta situação é radicalmente nova em toda a nossa trajetória democrática e nem sequer ocorreu nas situações de crise dos anos setenta e oitenta e espelha muito cristalinamente o quadro macroeconómico que vivemos, sendo o primeiro indicador sintético da desvalorização interna a que tenho estado a aludir.

Gráfico 15
Riqueza criada no país que não é rendimento nacional
Rendimento nacional em % do PIB



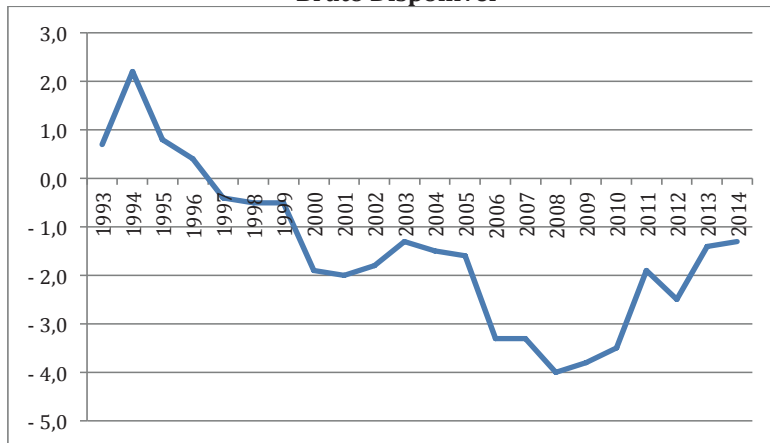
Fonte: PORDATA

É depois de 1997 que esta circunstância começa a ocorrer quando que o saldo dos rendimentos primários²⁶ com o exterior é negativo. Acontece que ele chega a atingir 4%, em percentagem do Rendimento disponível bruto (Gráfico 16). O saldo dos rendimentos primários com o exterior eram, com efeito, positivos até àquele ano e foram-se degradando, chegando aos valores que correspondem ao que o gráfico mostra.

²⁵ “O rendimento nacional bruto (RNB) é o conjunto dos rendimentos obtidos pelos residentes do país em atividades produtivas realizadas quer dentro, quer fora do país. Inclui as remunerações dos trabalhadores, os lucros das empresas, os impostos sobre a produção e a importação, assim como os rendimentos de propriedade. Pode dizer-se que o rendimento nacional bruto do país é igual ao seu produto interno bruto (PIB) mais os rendimentos primários obtidos no resto do mundo menos os rendimentos primários pagos ao resto do mundo.”

²⁶ Os rendimentos primários são os rendimentos obtidos das atividades produtivas, incluindo os lucros dos empresários, os salários dos trabalhadores, os impostos sobre a produção e a importação cobrados pelas administrações públicas, além dos juros, das rendas e de outros rendimentos de propriedade.

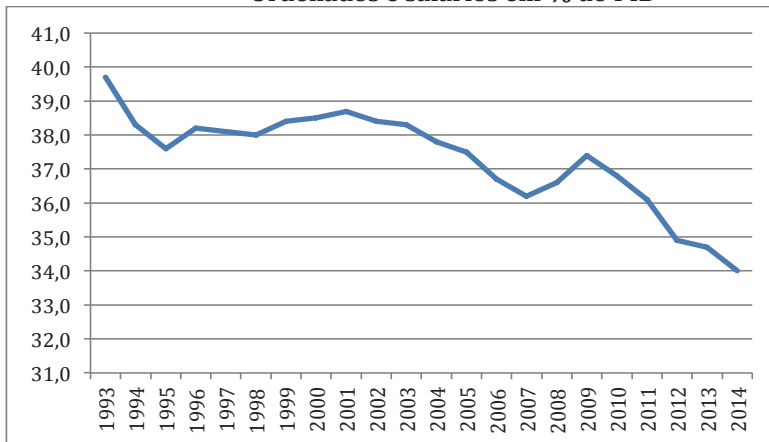
Gráfico 16
 O rendimento que vai para o exterior
Saldo dos rendimentos primários com o exterior em % do Rendimento Bruto Disponível



Fonte: PORDATA

As alterações que se estão a verificar na economia portuguesa ao longo destes anos têm necessariamente de ter implicações na ordem económica interna, visto que é da repartição do rendimento que se trata. De facto, registaram-se fortes recomposições na estrutura do próprio rendimento interno, atingindo diretamente as pessoas. Não teria de ser assim. Mas sabe-se que os principais impactos foram sobre os rendimentos do trabalho, penalizando-os. De 1993 para cá os ordenados e salários passaram de uma participação de 40% na riqueza criada (no PIB) para 34%, ou seja, uma redução de 15%, situando-se em valores que nunca tinham sido atingidos (Gráfico 17). Mesmo antes da revolução democrática de 25 de Abril esta participação era de perto de 55%.

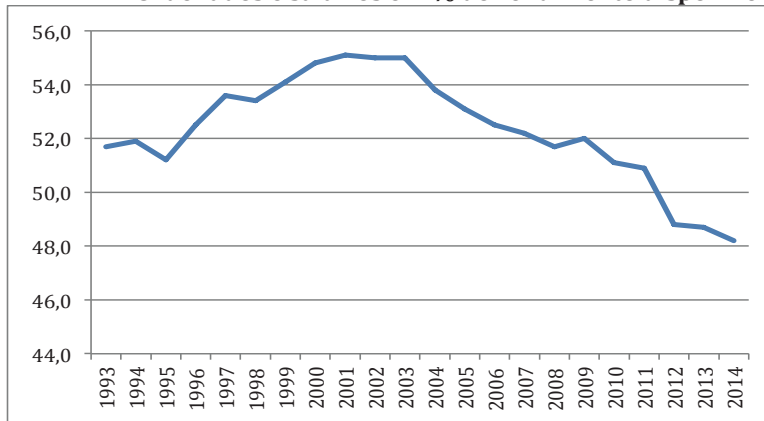
Gráfico 17
A penalização do trabalho
Ordenados e salários em % do PIB



Fonte: PORDATA

O rendimento médio disponível das famílias, que tinha refletido situações de melhoria social, diminuiu mais de 8% em 5 anos, entre 2008 e 2013. E a curva com que se desenha o peso dos ordenados e salários neste rendimento tem um traçado ainda mais pronunciado (Gráfico 18). Em sociedades em que os rendimentos salariais são centrais na vida da maioria das famílias, alterações tão significativas como estas vão ter impactos correspondentes na poupança, que passa de 14,1% do rendimento disponível para 7%, tombando o seu peso para de metade. O rendimento disponível dos particulares fixa-se, em 2014, em 70% do PIB, quando era 77% em 1993 (cf. Quadro 8A, em anexo, para os diferentes indicadores que caracterizam a repartição do rendimento).

Gráfico 18
A penalização do trabalho
Ordenados e salários em % do rendimento disponível



Fonte: PORDATA

É, pois, notório o lugar frágil do trabalho e da inserção das pessoas no sistema de emprego. A riqueza criada tem mecanismos de redistribuição que incluem e privilegiam outras finalidades e a desvalorização do trabalho é seguramente um dos dados centrais das circunstâncias atuais. Desde 2003 e muito acentuadamente nos últimos anos, o custo do trabalho por unidade produzida na economia regrediu cerca de 7%, com variações muito diferenciadas mas significativas em ramos e atividades onde o uso do trabalho é mais intenso.

Em função de tudo isto, importa agora olharmos para o que talvez deva considerar-se como o conjunto de problemas essenciais que passam a marcar estruturalmente – aqui sim, o uso do termo estrutural²⁷ é devidamente justificado – a economia e a sociedade portuguesas: em todo este processo elas foram objeto de uma poderosa reestruturação recessiva, assente na *desvalorização* dos seus recursos e num enorme “*deslaçamento*” das relações essenciais que a podem dotar de maior capacidade para reagir a situações adversas, com relevo para as desigualdades.

²⁷ O uso do termo “estrutural” tornou-se prolixo em Portugal, dando ideia que se trata de um conceito óbvio, indiscutível e, portanto, consensual. Mas está longe de o ser. Na verdade à, pelo menos, duas acepções em que ele é usado. A que emergiu mais recentemente encobre um programa muito claro – redução dos custos salariais, liberalização dos mercados, especialmente do mercado do trabalho, eliminação de quaisquer medidas enquadradoras da concorrência e redução do papel do Estado, com estrita limitação das funções sociais que lhe cabem e eliminação da sua presença, mesmo que indireta, na economia, devendo remeter-se à condição de viabilizador e até de promotor dos mercados. A noção que aqui adoto é totalmente distinta desta. Centra-se nos aspetos materiais e organizativos da economia, na sua natureza de sistema multiescalar articulado e tem especialmente em vista a qualidade dos desempenhos económicos, sociais e políticos, tendo em conta a capacidade dos atores e das instituições, incluindo nestas o mercado.

Começamos pela desvalorização interna. Recorde-se que os aspetos mais centrais já foram apontados quando se analisou a redução do emprego e o aumento do desemprego, a precarização, o excesso de desindustrialização e de terciarização, baseada em salários baixos. Já os analisei anteriormente e agora apenas os relembro, assim como à degradação da balança comercial e à passagem para uma posição devedora brutal. Todos estes são, com efeito, os aspetos mais estruturais da desvalorização dos recursos – do trabalho, da capacidade produtiva, do tipo de serviços que a economia oferece, do seu relacionamento externo. Mas há consequências igualmente pesadas que se desencadeiam a partir daqui. A tudo isto subjaz a alteração também radical das relações sociais, do lugar dos diferentes grupos sociais, dando origem a graves prejuízos no que habitualmente se chama coesão social, sabendo-se que esta não é uma questão desligada da economia e das suas capacidades, pois afeta-as positiva ou negativamente. É em vista de tudo isto e do que já conhecemos que faz também sentido que olhemos para os indicadores essenciais que nos esclarecem sobre o destino da riqueza criada anualmente, isto é, a sua da repartição entre grupos e classes sociais no interior do país.

Para além das perdas do trabalho, persistem fortes desigualdades na distribuição do rendimento. Mostram isso o rácio entre os 20% que mais riqueza detêm e os 20% que de menos dispõem, que é de seis vezes, e o Índice de Gini²⁸, que em termos europeus é comparativamente elevado. O dado mais flagrante é, no entanto, o risco de pobreza, que se acentua muito: 48% dos portugueses estariam hoje sob esse risco se não houvesse transferências sociais (Gráfico 19). Apesar disso, o risco subsiste para de 1/5 das famílias e agrava-se no caso de famílias com crianças, sendo dramático quando há mais de três crianças (cf. Quadro 10A, em anexo).

Os efeitos de uma sobredeterminação tão forte pelas relações externas da economia, sendo de natureza financeira, não deixa, evidentemente, de se espelhar na economia real. Vale a pena voltar ao indicador do volume de riqueza produzida internamente na economia (PIB) e compará-lo com o Rendimento Nacional²⁹. Esta é a primeira repartição a que o PIB sujeito e mostra o que constitui os proveitos auferidos pelos cidadãos ou entidades que estão no país. Ora, como se mostra no Gráfico 16, chegou a haver momentos em que 4% do PIB não era rendimento nacional. Esta situação é radicalmente nova em toda a nossa trajetória democrática e nem sequer ocorreu nas situações de crise dos anos setenta e oitenta e espelha muito cristalinamente o contexto macroeconómico em que vivemos, sendo o primeiro indicador sintético da desvalorização interna a que tenho estado a aludir.

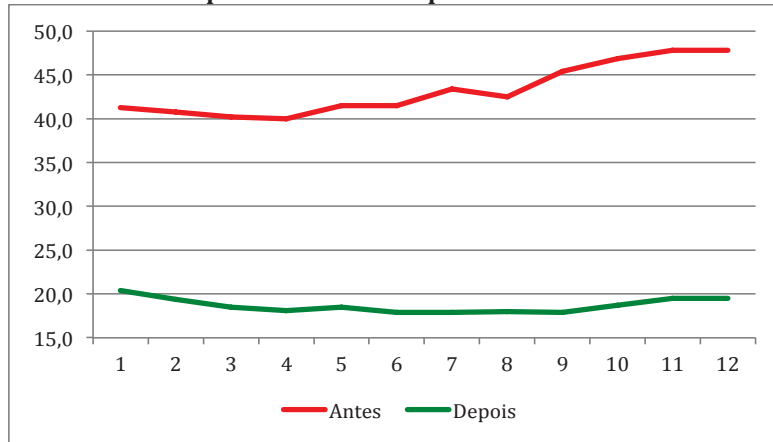
²⁸ “Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). (metainformação – Eurostat)”. Nos últimos anos o valor deste índice é 34.

²⁹ “O rendimento nacional bruto (RNB) é o conjunto dos rendimentos obtidos pelos residentes do país em atividades produtivas realizadas quer dentro, quer fora do país. Inclui as remunerações dos trabalhadores, os lucros das empresas, os impostos sobre a produção e a importação, assim como os rendimentos de propriedade. Pode dizer-se que o rendimento nacional bruto do país é igual ao seu produto interno bruto (PIB) mais os rendimentos primários obtidos no resto do mundo menos os rendimentos primários pagos ao resto do mundo.”

Gráfico 19

Desigualdades graves

Taxa de risco de pobreza antes e depois das transferências sociais



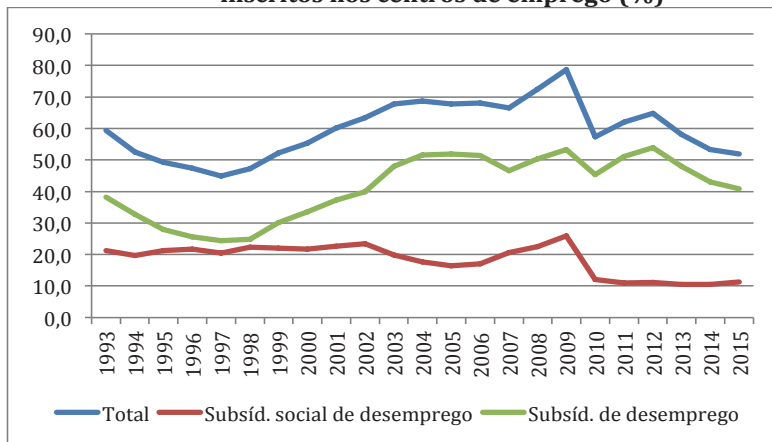
Fonte: PORDATA

A tudo isto ainda acresce que, mesmo quando está em causa o trabalho – isto é, o emprego e o desemprego –, o grau de proteção social está longe de ser suficiente.

Os beneficiários do subsídio de desemprego são hoje apenas 52% dos inscritos nos centros de emprego. E este valor baixa para 40% se considerarmos o volume de desemprego, mais elevado, apurado pelo INE (cf. Quadro 9A, em anexo). E para que estes números cheguem a estes níveis ainda é preciso ativar o chamado subsídio social de desemprego, de que auferem cerca de 20%, destinado aos que não satisfaziam as condições para receber a prestação de desemprego propriamente dita. Ora, esta é uma expressão clara das fragilidades que atinge o nosso sistema de emprego.

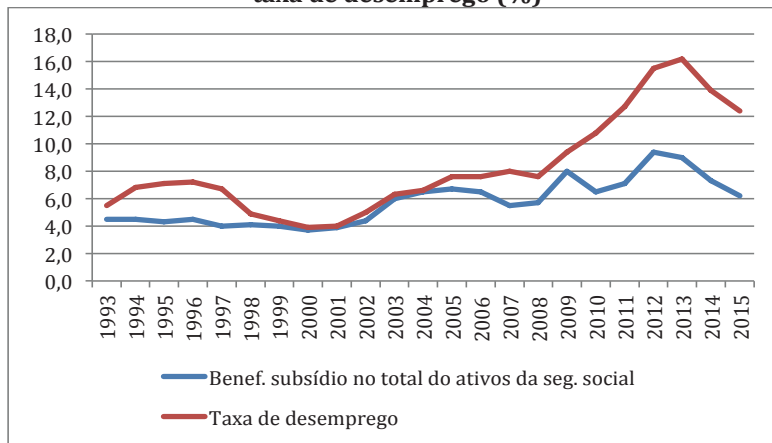
Um indicador relativo como o que mostra a percentagem dos beneficiários no total dos contribuintes ativos para a segurança social (6% em 2015) admite ser comparado com a taxa de desemprego do INE, que era do dobro. Relembro o Quadro 3A, em anexo, onde se mostra o aumento do trabalho a tempo parcial, com todo o seu significado de indicador de insuficiência e fragilidade, e a discrepância crescente entre o volume do desemprego emprego e o número de inscritos nos centros de emprego, o que deve ser encarado como uma medida de degradação do próprio sistema de emprego. Ora, mesmo assim, só pouco mais de metade daqueles inscritos recebe um subsídio de desemprego.

Gráfico 20
 Uma desproteção crescente (1)
Beneficiários de subsídio de desemprego no total de desempregados inscritos nos centros de emprego (%)



Fonte: PORDATA

Gráfico 21
 Uma desproteção crescente (2)
Beneficiários de subsídio de desemprego no total de beneficiários ativos e taxa de desemprego (%)



Fonte: PORDATA

9. Austeridade e regressão: para que serve um país pobre?

O quadro que acabei de traçar procurou interpretar a condição da economia e da sociedade portuguesas através dos aspetos que me pareceram mais essenciais. Expliquei na devida altura que interessa observar a riqueza produzida porque ela é a base do bem estar, tal como defendi que em vidas como as nossas é no trabalho e no emprego que assentam os principais mecanismos de inclusão social que garantem a coesão e possibilitam que haja dinâmicas positivas no país. As enormes perturbações que aconteceram nestes dois domínios resultam de uma nova Economia Política que passou a prevalecer desde a segunda metade dos anos noventa. A causa encontra-se numa situação que se pode designar de financeirização, ativamente promovido entre nós pela forma dada à União Económica e Monetária europeia, e que tem nos capitais especulativos – isto é, não produtivos e rentabilizados através de uma intensa circulação – o seu pivô central, devidamente agilizado pela intermediação da banca, que acelerou o endividamento de toda a economia perante o exterior. Os efeitos na economia portuguesa foram larguíssimos. Redesenhou-se a capacidade produtiva, a estrutura do emprego e os setores que as comandam. Deu-se lugar a uma capital comodista que se ajustou à proteção interna e beneficiou, sentado, dos novos canais de inserção internacional. E produziu-se uma forte desvalorização interna, com um deslaçamento das relações sociais onde ficou muito visível a desproteção do trabalho e dos mais pobres, num contexto em que tem de se falar de desigualdades crescentes, que atingem a justiça social.

No culminar de tudo isto, Portugal ficou mais pobre e o empobrecimento português foi intenso quando o “ajustamento” com que se quis encarar os problemas veio pela via da austeridade, isto é, de uma Economia Política do retrocesso que escolheu o trabalho e o Estado social como os alvos da sua ação, dando prioridade à substituição das responsabilidades privadas pelas públicas e resgatando os autores dos maiores desmandos.

Começou a ver-se para que ser um país pobres. Um país pobre serve para ceder uma parte da sua riqueza ao exterior e para transformar a sua economia numa plataforma onde predominam mecanismos de desvalorização do trabalho e das atividades que desenvolve. Serve ainda para acentuar a desresponsabilização coletiva perante os que cá vivem, dano espaço para o abandono e para ficar à margem. É isto que o decréscimo populacional, a emigração e a pobreza mostram.

Um país pobre é também o que deixou pelo caminho ou fragilizou muitas causas que em vários momentos o matizaram positivamente: o país que acolheu imigrantes, o que se queria qualificar mais solidamente através da educação, da ciência e do conhecimento ou o que se preocupava com todo o seu território e procurava para ele um ordenamento justo, para só dar estes exemplos.

Esta Economia Política do retrocesso tem um reverso e é revertível. E parece-me que isso deve começar onde estão os problemas. É no avesso do quadro negativo que aqui tracei que pode começar a fazer-se um caminho que num primeiro momento tem de ser de recuperação, para chegar, enfim, a um terreno de justiça social, capacidade económica, coesão e sustentabilidade.

Quadros anexos

Quadro 1A: PIB e Investimento a preços constantes e taxas de crescimento

	PIB milhões de €	PIB <i>per capita</i> milhões de €	Taxa de crescimento real do PIB	Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i>	Investimento milhões de €	Taxa de crescimento real do Investimento	Investimento em % do PIB
1993	131 468,30	13 193,40	-0,7	-0,8	31 981,80	0,9	24,3
1994	133 426,10	13 353,90	1,5	1,2	31 170,40	-2,5	23,4
1995	136 504,60	13 614,80	2,3	2,0	31 763,40	1,9	23,3
1996	141 277,80	14 038,00	3,5	3,1	33 619,10	5,8	23,8
1997	147 531,00	14 594,10	4,4	4,0	38 334,00	14,0	26,0
1998	154 600,40	15 216,30	4,8	4,3	42 258,00	10,2	27,3
1999	160 611,60	15 718,80	3,9	3,3	44 294,40	4,8	27,6
2000	166 694,70	16 199,80	3,8	3,1	46 659,60	5,3	28,0
2001	169 934,10	16 398,60	1,9	1,2	46 506,10	-0,3	27,4
2002	171 240,50	16 434,40	0,8	0,2	44 253,40	-4,8	25,8
2003	169 640,80	16 219,90	-0,9	-1,3	40 281,30	-9,0	23,7
2004	172 714,00	16 474,30	1,8	1,6	40 404,70	0,3	23,4
2005	174 038,30	16 569,80	0,8	0,6	40 198,40	-0,5	23,1
2006	176 741,20	16 796,80	1,6	1,4	39 768,20	-1,1	22,5
2007	181 145,60	17 181,70	2,5	2,3	40 723,60	2,4	22,5
2008	181 506,60	17 191,10	0,2	0,1	41 451,90	1,8	22,8
2009	176 101,20	16 663,20	-3,0	-3,1	37 244,90	-10,1	21,1
2010	179 444,80	16 971,80	1,9	1,9	36 838,10	-1,1	20,5
2011	176 166,60	16 686,30	-1,8	-1,7	32 451,80	-11,9	18,4
2012	169 070,10	16 079,20	-4,0	-3,6	26 778,40	-17,5	15,8
2013	167 159,40	15 985,00	-1,1	-0,6	24 663,10	-7,9	14,8
2014	168 673,50	16 217,00	0,9	1,5	25 062,40	1,6	14,9
2015	171 156,90	-	1,5	-	-	-	-

Fonte: PORDATA

Quadro 2A: PIB na ótica da produção

	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Energia, água e saneamento	Construção	Comércio e reparação de veículos, alojamento e restauração	Transportes e armazenagem, atividades de informação e comunicação	Actividades financeiras, de seguros e imobiliárias	Outras actividades de serviços
1993	4,5	19,4	3,1	6,5	20,0	7,0	13,5	25,5
1994	4,9	18,9	3,1	6,6	19,5	7,1	13,7	26,1
1995	5,4	18,8	2,9	6,5	18,8	7,2	13,8	26,6
1996	5,2	19,5	2,9	6,6	18,4	7,3	13,2	26,9
1997	4,3	19,4	2,7	7,1	18,8	7,4	13,4	26,9
1998	4,0	18,9	2,8	7,2	18,8	7,4	13,5	27,2
1999	3,8	18,5	2,7	7,3	18,4	7,7	13,7	27,9
2000	3,5	17,7	2,5	7,6	18,5	7,7	13,5	28,9
2001	3,4	17,3	2,5	7,7	18,5	7,8	13,8	29,0
2002	3,1	16,7	2,6	7,6	18,6	7,9	14,0	29,6
2003	3,0	15,8	2,9	7,2	18,3	7,9	14,6	30,2
2004	3,0	15,4	2,9	7,1	18,4	8,0	14,8	30,5
2005	2,6	15,0	2,7	6,9	18,3	7,9	15,2	31,3
2006	2,6	14,9	2,9	6,7	18,1	8,1	16,1	30,6
2007	2,3	14,6	3,0	6,8	17,9	8,3	16,9	30,2
2008	2,2	14,1	2,6	6,7	17,7	8,2	17,5	30,9
2009	2,2	13,0	3,1	6,3	18,3	8,4	16,9	31,9
2010	2,2	13,6	3,2	5,8	18,1	8,3	17,2	31,6
2011	2,1	13,4	3,2	5,5	18,9	8,4	17,8	30,9
2012	2,2	13,4	3,5	4,9	19,7	8,4	18,1	29,8
2013	2,4	13,5	3,4	4,5	19,7	8,3	17,9	30,3
2014	2,3	13,6	3,4	4,5	19,8	8,3	18,0	30,0

Fonte: PORDATA

Quadro 3A: População residente e ativa, emprego e desemprego

	População Residente (milhares)	População Residente (taxa de crescimento em %)	Emigração Total	Emigração Temporária em % da total	População Ativa (milhares)	Taxa de Atividade em % da população em idade ativa	Emprego Total	Emprego a Tempo Parcial em % do total	Desemprego (milhares)	Taxa de Crescimento do Desemprego	Taxa de Desemprego	Inscritos nos Centros de Emprego
1993	9 964,7	0,1	33 171	53,1	4 715,1	70,6	4 457,7	7,3	256,5	32,5	5,5	347,1
1994	9 991,5	0,3	29 104	73,0	4 773,0	71,1	4 449,2	7,8	321,7	25,4	6,8	396,0
1995	10 026,2	0,3	22 579	59,3	4 754,3	70,4	4 415,9	7,6	337,7	5,0	7,1	429,9
1996	10 063,9	0,4	29 066	67,0	4 788,8	70,6	4 444,9	8,8	343,1	1,6	7,2	467,7
1997	10 109,0	0,4	36 935	80,4	4 854,5	71,2	4 530,4	10,0	322,9	-5,9	6,7	442,9
1998	10 160,2	0,5	22 196	64,3	5 100,1	74,4	4 848,4	11,1	251,8	-22,0	4,9	400,7
1999	10 217,8	0,6	28 080	85,5	5 151,4	74,7	4 925,7	11,1	225,7	-10,4	4,4	356,8
2000	10 289,9	0,7	21 333	78,0	5 247,3	75,6	5 041,3	11,0	206,0	-8,7	3,9	327,4
2001	10 362,7	0,7	20 223	73,3	5 342,4	76,6	5 128,2	11,1	214,2	4,0	4,0	324,7
2002	10 419,6	0,5	27 358	67,8	5 414,3	77,3	5 143,8	11,3	270,5	26,3	5,0	344,6
2003	10 458,8	0,4	27 008	75,2	5 433,8	77,5	5 093,4	11,8	340,4	25,8	6,3	427,3
2004	10 483,9	0,2	x	x	5 421,4	77,3	5 062,3	11,5	359,1	5,5	6,6	461,0
2005	10 503,3	0,2	x	x	5 461,4	77,8	5 047,3	11,4	414,1	15,3	7,6	477,2
2006	10 522,3	0,2	x	x	5 499,6	78,3	5 079,0	11,5	420,6	1,6	7,6	459,5
2007	10 543,0	0,2	x	x	5 533,1	78,7	5 092,5	12,3	440,6	4,8	8,0	410,2
2008	10 558,2	0,1	x	x	5 534,6	78,7	5 116,6	12,2	418,0	-5,1	7,6	394,5
2009	10 568,2	0,1	x	x	5 486,1	78,0	4 968,6	11,9	517,4	23,8	9,4	495,5
2010	10 573,1	0,0	x	x	5 489,7	78,3	4 898,4	11,9	591,2	14,3	10,8	555,8
2011	10 557,6	-0,1	100 978	56,4	5 428,3	77,8	4 740,1	13,6	688,2	16,4	12,7	551,9
2012	10 514,8	-0,4	121 418	57,2	5 382,6	77,6	4 546,9	14,6	835,7	21,4	15,5	667,2
2013	10 457,3	-0,5	128 108	58,0	5 284,6	76,9	4 429,4	14,3	855,2	2,3	16,2	707,8
2014	10 401,1	-0,5	134 624	63,2	5 225,6	76,8	4 499,5	13,1	726,0	-15,1	13,9	639,2
2015	-	-	-	-	5 195,2	-	4 548,7	12,5	646,5	-11,0	12,4	560,8

Fonte: PORDATA

Quadro 4A: Emprego total (milhares) e peso percentual dos ramos de atividade

	Total	Sector Primário	Indústria Transformadora	Construção, Imobiliário e Infraestruturas	Comércio, Hotelaria e Transportes	Consultoria e serviços qualificados	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	Outras actividades de serviços	Educação, Saúde, Ciência, Apoio Social, Administração e Cultura
1995	4 316,26	11,2	22,9	11,4	21,7	5,2	4,1	1,7	19,6
1996	4 389,52	11,1	22,8	11,4	21,5	5,3	4,1	1,8	19,7
1997	4 510,60	10,9	22,5	11,7	21,5	5,3	4,4	1,8	19,6
1998	4 664,46	10,2	22,0	12,5	22,0	5,2	4,4	1,8	19,7
1999	4 739,59	9,7	21,7	12,7	22,0	5,3	4,4	1,9	20,0
2000	4 864,10	9,7	21,1	13,6	21,6	5,3	4,6	1,9	20,1
2001	4 924,83	9,6	20,7	13,2	22,7	5,2	4,6	1,9	20,1
2002	4 943,37	9,1	20,0	13,6	22,6	5,3	4,7	1,9	20,7
2003	4 880,17	9,2	19,4	13,2	23,2	5,3	4,8	2,0	20,8
2004	4 846,15	8,7	18,7	12,8	23,9	5,5	5,0	2,1	21,2
2005	4 828,36	8,5	18,0	12,5	24,4	5,6	5,3	2,2	21,4
2006	4 829,77	8,3	17,7	12,2	24,9	5,7	5,5	2,2	21,4
2007	4 825,19	8,1	17,3	12,4	24,9	6,0	5,5	2,2	21,4
2008	4 836,65	7,9	16,8	12,0	25,1	6,2	5,8	2,3	21,6
2009	4 698,47	8,0	15,8	11,4	25,0	6,5	6,1	2,3	22,5
2010	4 644,62	7,4	15,6	11,3	25,1	6,6	6,3	2,4	22,9
2011	4 527,65	7,4	15,7	10,7	25,2	6,8	6,3	2,5	23,1
2012	4 285,67	7,7	15,9	9,3	25,0	6,9	6,3	2,5	24,0
2013	4 178,80	7,6	16,0	8,7	25,0	7,1	6,4	2,5	24,2

Fonte: PORDATA

Quadro 5A: Trocas correntes em % do PIB

	Saldo da Balança Corrente: Total	Saldo da Balança Corrente: Bens	Saldo da Balança Corrente: Serviços	Exportação de bens	Importação de bens
1996	-4,5	-8,7	1,7	19,5	-28,2
1997	-6,2	-9,8	1,8	19,9	-29,8
1998	-7,5	-11,3	2,2	19,6	-31,0
1999	-8,9	-12,3	2,1	19,2	-31,6
2000	-10,8	-13,3	2,5	20,5	-33,8
2001	-10,4	-12,8	2,8	19,8	-32,6
2002	-8,5	-11,0	2,8	19,4	-30,4
2003	-7,2	-9,7	2,8	19,4	-29,1
2004	-8,3	-11,2	3,1	19,7	-30,8
2005	-9,9	-11,7	2,9	19,3	-30,9
2006	-10,7	-11,6	3,4	21,2	-32,8
2007	-9,7	-11,4	4,0	21,7	-33,1
2008	-12,1	-13,4	4,0	21,6	-34,9
2009	-10,4	-10,3	3,6	17,9	-28,2
2010	-10,1	-10,7	3,6	20,5	-31,2
2011	-6,0	-8,2	4,5	24,0	-32,2
2012	-1,9	-5,5	5,6	26,3	-31,9
2013	1,5	-4,7	6,6	27,3	-32,0
2014	0,1	-5,5	6,6	27,2	-32,7
2015	0,5	-5,1	6,8	27,3	-32,4

Fonte: PORDATA

Quadro 6A: Balança Financeira, em % do PIB

	Saldo da Balança Financeira	Saldo da Balança Financeira - Invest. Direto	Saldo da Balança Financeira - Invest. de Carteira	Saldo da Balança Financeira - "Outro Investimento"
1996	-2,9	-0,5	1,3	-4,3
1997	-3,2	-0,1	-0,5	-3,7
1998	-4,9	1,0	0,5	-6,8
1999	-7,0	1,6	-2,8	-5,9
2000	-9,2	1,3	0,9	-11,5
2001	-9,1	0,1	-3,4	-6,3
2002	-6,4	-1,5	-2,8	-2,9
2003	-4,7	-0,7	3,6	-3,6
2004	-6,7	2,9	-0,5	-8,1
2005	-8,7	-0,9	0,2	-7,1
2006	-9,4	-2,1	-2,1	-4,2
2007	-8,8	1,0	-5,7	-3,6
2008	-10,7	-0,9	-8,5	-1,1
2009	-9,4	-0,8	-8,4	-0,4
2010	-8,5	-5,1	6,3	-10,0
2011	-4,6	2,5	2,5	-8,6
2012	0,3	-7,9	17,7	-9,6
2013	3,3	-2,1	2,2	2,3
2014	1,8	-1,5	-0,8	2,0
2015	1,8	1,1	-1,3	1,1

Fonte: PORDATA

Quadro 7A: Posição devedora total e por entidades institucionais e Dívida Externa, em % do PIB

	Posição de Invest. Internac.	Banco Central	Outras instituições financeiras monetárias	Administrações Públicas	Instituições financeiras não monetárias	Sociedades não financeiras	Particulares	Dívida Externa Líquida
1996	-13,2	18,9	-2,3	-12,5	1,6	-21,1	2,2	1,0
1997	-14,9	20,3	-5,7	-15,3	6,6	-23,9	3,0	-2,1
1998	-24,3	17,2	-12,2	-17,5	7,0	-21,9	3,2	2,5
1999	-34,0	15,7	-16,7	-21,4	12,1	-26,5	2,8	16,0
2000	-41,5	12,0	-27,8	-25,2	15,6	-20,5	4,5	26,3
2001	-49,0	12,1	-38,8	-28,2	16,0	-17,4	7,2	39,0
2002	-58,4	11,3	-41,6	-34,0	18,2	-21,0	8,7	42,9
2003	-62,4	14,1	-44,2	-35,7	13,5	-20,1	10,1	41,1
2004	-66,7	8,9	-37,5	-39,8	12,4	-21,9	11,1	42,9
2005	-69,9	7,6	-35,7	-45,7	14,4	-22,1	11,6	50,0
2006	-79,3	11,2	-47,7	-45,3	15,9	-25,9	12,4	56,6
2007	-88,8	12,1	-53,2	-45,9	14,2	-28,5	12,6	64,7
2008	-95,1	5,7	-42,2	-50,5	1,7	-19,7	9,8	74,6
2009	-107,9	5,4	-44,5	-57,4	3,6	-25,4	10,5	82,9
2010	-104,3	-9,8	-30,5	-49,9	2,1	-27,5	11,3	81,2
2011	-100,7	-9,8	-21,6	-50,9	-0,9	-28,8	11,3	84,5
2012	-116,6	-11,9	-12,9	-73,6	9,4	-39,8	12,2	101,8
2013	-116,5	-10,3	-9,9	-77,8	12,8	-45,1	13,8	99,9
2014	-114,4	-1,8	-5,9	-89,6	10,6	-40,1	12,5	104,6
2015	-109,4	-4,1	-2,5	-83,2	10,8	-41,6	11,3	101,5

Fonte: PORDATA

Quadro 8A: Repartição do rendimento

	Rendimento bruto disponível (RBD)	Rendimento nacional bruto em % do RBD	PIB em % do RBD	Saldo dos Rendimentos Primários com o Exterior em % do RBD	Rendimento nacional bruto em % do PIB	Poupança bruta em % rendimento disponível	Ordenados e salários em % rendimento disponível	Rendimento disponível dos particulares em % PIB	Ordenados e salários em % do PIB	Rendimento médio disponível das famílias	Poupança bruta dos particulares em % do PIB
1993	100,0	96,8	96,0	0,7	100,8	14,1	51,7	76,9	39,7		10,9
1994	100,0	97,8	97,4	2,2	100,5	11,3	51,9	73,9	38,3		8,3
1995	100,0	97,8	97,0	0,8	100,8	12,6	51,2	73,4	37,6	29 756,7	9,2
1996	100,0	97,9	97,6	0,4	100,4	11,5	52,5	72,8	38,2	29 903,4	8,4
1997	100,0	98,0	98,3	-0,4	99,6	11,0	53,6	71,1	38,1	29 994,3	7,8
1998	100,0	98,1	98,6	-0,5	99,5	12,1	53,4	71,0	38,0	0,0	8,6
1999	100,0	98,0	98,5	-0,5	99,5	11,4	54,1	71,0	38,4	31 667,0	8,1
2000	100,0	98,0	99,9	-1,9	98,1	10,5	54,8	70,3	38,5	32 067,0	7,4
2001	100,0	98,0	100,0	-2,0	98,0	11,1	55,1	70,1	38,7	32 264,8	7,8
2002	100,0	96,7	100,5	-1,8	98,3	11,0	55,0	69,9	38,4	32 217,0	7,7
2003	100,0	99,2	100,5	-1,3	98,7	10,0	55,0	69,7	38,3	31 352,0	7,0
2004	100,0	99,0	100,6	-1,5	98,5	10,0	53,8	70,2	37,8	31 572,5	7,1
2005	100,0	99,6	101,1	-1,6	98,5	9,2	53,1	70,6	37,5	31 791,8	6,5
2006	100,0	99,3	102,5	-3,3	96,8	8,1	52,5	69,9	36,7	31 612,1	5,6
2007	100,0	99,2	102,4	-3,3	96,8	7,0	52,2	69,4	36,2	32 032,0	4,9
2008	100,0	99,0	103,0	-4,0	96,1	6,8	51,7	70,8	36,6	32 373,7	4,8
2009	100,0	99,5	103,2	-3,8	96,3	10,5	52,0	71,9	37,4	31 616,2	7,5
2010	100,0	99,4	102,8	-3,5	96,6	9,2	51,1	72,1	36,8	32 100,2	6,6
2011	100,0	99,2	101,2	-1,9	98,1	7,5	50,9	71,0	36,1	30 424,6	5,3
2012	100,0	99,1	101,5	-2,5	97,6	7,7	48,8	71,6	34,9	29 403,8	5,5
2013	100,0	98,9	100,3	-1,4	98,7	8,7	48,7	71,1	34,7	28 714,7	6,2
2014	100,0	98,7	100,1	-1,3	98,7	6,9	48,2	70,4	34,0		4,9

Fonte: PORDATA

Quadro 9A: Proteção no desemprego

Anos	Desempregados (milhares)	Beneficiários de subs. de desemprego	Benefic. de subs no total de desempregados (%)	Beneficiários de subsídio de desemprego no total de desempregados inscritos nos centros de emprego (%)					
				Total	Subsídio social de desemprego	Subsídio de desemprego	Benef. do subsídio social no total	Beneficiários de subsídio de desemprego no total de beneficiários activos (%)	Taxa de desemprego
1993	256,5	175 984	69	59,4	21,3	38,2	35,9	4,5	5,5
1994	321,7	180 816	56	52,6	19,7	32,8	37,5	4,5	6,8
1995	337,7	182 060	54	48,3	21,3	28,0	43,2	4,3	7,1
1996	343,1	187 204	55	47,4	21,8	25,6	46,0	4,5	7,2
1997	322,9	170 188	53	44,9	20,5	24,4	45,7	4,0	6,7
1998	251,8	164 317	65	47,2	22,4	24,8	47,5	4,1	4,9
1999	225,7	165 341	73	52,2	22,0	30,2	42,1	4,0	4,4
2000	206,0	162 592	79	55,3	21,8	33,6	39,4	3,7	3,9
2001	214,2	177 100	83	60,1	22,7	37,3	37,8	3,9	4,0
2002	270,5	201 816	75	63,5	23,4	40,0	36,9	4,4	5,0
2003	340,4	268 728	79	67,8	19,8	48,0	29,2	6,0	6,3
2004	359,1	294 512	82	68,7	17,7	51,6	25,8	6,5	6,6
2005	414,1	301 828	73	67,8	16,4	51,9	24,2	6,7	7,6
2006	420,6	290 194	69	68,1	17,1	51,5	25,1	6,5	7,6
2007	440,6	249 527	57	66,5	20,7	46,6	31,1	5,5	8,0
2008	418,0	260 467	62	72,4	22,5	50,4	31,1	5,7	7,6
2009	517,4	360 109	70	78,6	25,9	53,3	33,0	8,0	9,4
2010	591,2	294 563	50	57,3	12,1	45,3	21,1	6,5	10,8
2011	688,2	316 085	46	62,0	11,0	51,2	17,7	7,1	12,7
2012	835,7	398 742	48	64,9	11,2	53,9	17,3	9,4	15,5
2013	855,2	375 057	44	58,2	10,5	48,0	18,0	9,0	16,2
2014	726,0	304 393	42	53,3	10,6	43,0	19,9	7,3	13,9
2015	646,5	259 335	40	51,9	11,3	40,9	21,8	6,2	12,4

Fonte: PORDATA

Quadro 10A: Pobreza e desigualdades

Anos	Índice de Gini	Taxa de intensidade da pobreza	Taxa de risco de pobreza			Famílias com crianças		
			Antes de qualquer transferência social	Após transferências de pensões	Após transferências sociais	Total	Dois adultos e duas crianças dependentes	Dois adultos e três ou mais crianças dependentes
1994	37,0	28,0	37,0	27,0	23,0			
1995	36,0	26,0	37,0	27,0	21,0			
1996	36,0	25,0	37,0	27,0	22,0			
1997	37,0	26,0	38,0	27,0	21,0			
1998	36,0	23,0	39,0	27,0	21,0			
1999	36,0	25,0	38,0	27,0	21,0			
2000	37,0	22,0	37,0	24,0	20,0			
2001	0,0	0,0	0,0	26,0	20,0			
2002	0,0	0,0	0,0	26,0	19,0			
2003	37,8	24,7	41,3	26,5	20,4	20,6	24,0	41,0
2004	38,1	26,0	40,8	25,7	19,4	20,0	23,9	42,0
2005	37,7	23,5	40,2	25,1	18,5	18,1	18,6	37,8
2006	36,8	24,3	40,0	24,2	18,1	17,7	17,0	43,3
2007	35,8	23,2	41,5	24,9	18,5	20,4	20,6	31,9
2008	35,4	23,6	41,5	24,3	17,9	19,9	19,4	36,1
2009	33,7	22,7	43,4	26,4	17,9	19,1	17,1	33,2
2010	34,2	23,2	42,5	25,4	18,0	20,1	19,8	34,5
2011	34,5	24,1	45,4	25,3	17,9	20,5	17,0	41,2
2012	34,2	27,4	46,9	25,5	18,7	22,2	19,9	40,4
2013	34,5	30,3	47,8	26,7	19,5	23,0	18,0	38,4
2014	34,0	29,0	47,8	26,4	19,5	22,2	20,5	37,7

Fonte: PORDATA